

A QUEM SÃO TEÚDOS  
OS BARÕES E SAGES CÓNEGOS?  
PERSPECTIVAS SOBRE AS REDES DE SOLIDARIEDADE  
NO CABIDO DA SÉ DE LISBOA (1277-1377)

MÁRIO FARELO •

A organização deste volume temático, dedicado a trajectos pessoais e redes clientelares no seio de instituições eclesiásticas, ilustra o peso que a componente socio-institucional adquiriu na produção histórica sobre a Igreja medieval portuguesa. O meio universitário, mais do que qualquer outro, tem contribuído activamente para este resultado, através da elaboração de dissertações de mestrado e de doutoramento relativas a institutos eclesiásticos regulares e seculares que procuram situar os seus membros na sociedade que os envolve <sup>1</sup>. Em termos historiográficos, esta evolução tem por base uma cambiante que propagou um renovado interesse pelo indivíduo, reabilitando, pelo mesmo efeito, o actor como objecto histórico de estudo <sup>2</sup>. De facto, o homem, enquanto «átomo da estrutura social» <sup>3</sup>,

---

\* Doutorando na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

<sup>1</sup> Hermínia Vasconcelos VILAR, «História da Igreja medieval em Portugal: um percurso possível pelas provas académicas», *Lusitania Sacra*, 2ª série, 13-14 (2001-2002), p. 571. Este trabalho tem por base uma secção do segundo capítulo de uma dissertação de Mestrado orientada pelo Prof. Armando Alberto Martins e defendida no dia 19 de Fevereiro de 2004, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Mário Sérgio da Silva FARELO, *O Cabido da Sé e os seus cônegos (1277-1377)*, dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003 em 3 vols. Sobre as fontes aí utilizadas, veja-se *ibidem*, I, p. 3-5.

<sup>2</sup> Thierry DUTOIR, *La ville médiévale. Origines et triomphe de l'Europe urbaine*, Paris, Odile Jacob, 2003, p. 27-28 e IDEM, «La réhabilitation de l'acteur social en histoire médiévale», *Genèses. Sciences sociales et histoire*, 47 (2002), p. 21-41.

<sup>3</sup> Aron J. GOUREVITCH, *La naissance de l'individu dans l'Europe Médiévale*

assume-se como um dos elementos importantes no quadro explicativo das sociedades medievais. Esta relação justifica que as estruturas dessa mesma sociedade possam ser perscrutadas pela via da biografia globalizante <sup>4</sup>.

A credibilidade da biografia como discurso histórico explicativo acompanha um outro factor do incremento dos estudos de história social – o emprego de métodos de investigação que privilegiam as informações directamente relacionadas com os indivíduos, como a prosopografia <sup>5</sup> e a genealogia <sup>6</sup>. Pela lógica de obtenção de retratos-tipo de personagens (na prosopografia) ou de encadeamentos familiares (na genealogia), as diversas inserções sociais, geográficas e profissionais de um conjunto de indivíduos, relacionados por um elemento agregador – a pertença a uma instituição ou a uma família <sup>7</sup> – tornam-se objectos preferenciais de estudo.

---

(traduzido do russo por Jean-Jacques MARIE), Paris, Éditions du Seuil, 1997, p. 10. O tema justificou recentemente a publicação de um volume colectivo intitulado *L'Individu au Moyen Âge. Individuation et individualisation avant la modernité*, dirs. Brigitte Miriam BEDOS-REZAK e Dominique IOGNA-PRAT, Paris, Aubier, 2005.

<sup>4</sup> Como a conhecida biografia de S. Luís publicada em 1996 por Jacques Le Goff. Na introdução da mesma, o autor sublinha que «l'individu n'existe que dans un réseau de relations sociales diversifiées et cette diversité lui permet aussi de développer son jeu. La connaissance de la société est nécessaire pour voir s' y constituer et y vivre un personnage individuel». Jacques LE GOFF, *Saint Louis*, Paris, Gallimard, 1996, p. 21-22.

<sup>5</sup> A utilização do método prosopográfico beneficiou entre nós de uma reflexão no âmbito de um colóquio celebrado em Junho de 2000, no seio do projecto do CIDEHUS da Universidade de Évora intitulado «Elites e Redes Clientelares na Idade Média. Uma observação centrada em Évora», destacando-se, neste caso preciso, as contribuições, com bibliografia, de Adelaide COSTA, «Prosopografia das elites concelhias e análise racional: a intersecção de duas abordagens», de Ana Maria S. A. RODRIGUES, «Para uma Prosopografia dos Cónegos de Braga» e de Armando Luís de Carvalho HOMEM e Judite Gonçalves de FREITAS, «A Prosopografia dos Burocratas Régios (Séculos XIII-XV): da elaboração à exposição dos dados» em *Elites e Redes Clientelares na Idade Média: Problemas Metodológicos*, ed. Filipe Themudo BARATA, Lisboa, Edições Colibri-CIDEHUS-Universidade de Évora, 2001, p. 63-70, 141-168 e 171-210.

<sup>6</sup> Pensamos, sobretudo, na dissertação de Doutoramento de José Augusto de Sotto Mayor PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e estratégias (1279-1325)*, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade do Porto, 1999, 3 vols.

<sup>7</sup> A história da família beneficiou igualmente de novos contributos resultantes de uma maior convivência com a Sociologia (Peter BURKE, *Sociologia e História*, 2ª ed. (tradução de Fátima MARTINS), Lisboa, Edições Afrontamento, 1990, p. 23-26) ou a Antropologia. Com efeito, para esta última, a compreensão da organização social baseia-se num estudo das categorias familiares e do parentesco (Christian GHASARIAN, *Introdução ao estudo do parentesco*, tradução de Ana Santos SILVA, Lisboa, Terramar, 1999, p. 11).

A comparação que daí resulta, destinada a evidenciar graus de homogeneidade, de heterogeneidade e de variação diacrónica, tem por base a correcta identificação dos percursos possíveis.

## 1. A delimitação de um tema

### 1.1. A importância do estudo das redes de solidariedade

O estudo sobre o trajecto de um determinado indivíduo não se deve limitar à sua identificação nem à sua comparação. É necessário compreendê-lo à luz das estruturas e das conjunturas que lhe deram origem, procurando inseri-lo no seu enquadramento institucional. A avaliação destes dois aspectos passa de forma marcada pela identificação das redes de sociabilidade tecidas pelo próprio indivíduo.

No caso presente, a observação de solidariedades – sejam elas de carácter vertical (clientelismo), horizontal (associativismo, vizinhança), ou ainda familiar – constitui um bom indicador das estratégias de promoção social empregues pelos altos dignitários episcopais e capitulares. O seu sucesso permite identificar as redes de influência que intervêm de forma efectiva na moldagem humana da hierarquia eclesiástica secular<sup>8</sup>. Por conseguinte, estas solidariedades tornam-se um factor de estruturação social que o historiador pode utilizar na sua tentativa de compreensão da sociedade urbana medieval.

Na prática, a pesquisa destas redes de solidariedade no âmbito dos cabidos catedralícios surge desde logo como um artifício destinado a contornar o desconhecimento que envolve a dinâmica social existente nessas instituições<sup>9</sup>. De facto, no quadro de uma prática arquivística que procurou sistematicamente conservar os actos respeitantes à posse patrimonial, são

---

<sup>8</sup> Os trajectos pessoais das dignidades e dos cônegos variavam consoante as suas origens sociais e a maior ou menor convivência com os poderes instituídos, como lembram os exemplos recentemente aduzidos por Hélène Millet e alguns dos seus colaboradores. Hélène MILLET, Pascal MONTAUBIN, Pierre DESPORTES, Eliane DERONNE, Vincent TABBAGH, François COMTE, Jean-Michel MATZ e Fabrice RYCHEBUSCH, «Une Galerie de Portraits de Chanoines Séculiers Français entre 1250 et 1530» em *Canonici delle cattedrali nel medioevo*, Verona, Cierre edizioni, 2003, p. 245-286.

<sup>9</sup> Hermínia Vasconcelos VILAR, *As Dimensões de um Poder. A Diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999, p. 165; Maria Justiniana Pinheiro Maciel LIMA, *O Cabido de Braga no tempo de D. Dinis (1278-1325)*, Cascais, Patrimónia, 2003, p. 26.

raros os casos em que se pode detectar o enquadramento legal e conjuntural da instalação simbólica e física de determinado indivíduo numa dignidade e/ou num canonicato específicos <sup>10</sup>. Para além disso, não existem ou não se conservaram as actas de reuniões capitulares que consignariam os contornos factuais e jurisdicionais das entradas e saídas dos membros da instituição <sup>11</sup> e que permitiriam avaliar o grau de distanciamento entre a prática e o respeito do direito de colação ordinária <sup>12</sup>. A busca de indicadores de substituição torna-se, assim, particularmente premente, sobretudo num caso como o do Cabido de Lisboa, em que, à falta de documentação proveniente da própria instituição, acresce-se o conhecimento deficiente sobre os detentores do direito de colação nos benefícios capitulares <sup>13</sup>.

Limitações como esta última justificam que o enquadramento do tema se faça, também, a partir da apresentação sumária da génese e da orgânica da instituição, à qual se acrescenta o devido esclarecimento do período cronológico escolhido e dos grandes conceitos empregues no presente trabalho.

## 1.2. A apresentação da instituição capitular

O Cabido da Sé organizou-se na conjuntura da Reconquista, mais precisamente na sequência da tomada por forças cristãs da cidade de Lisboa aos Mouros em 1147. A sua estruturação, obedecendo nos primeiros tempos a

---

<sup>10</sup> Constituem excepção a este panorama os actos de eleição de alguns deões de Braga em finais do séc. XIII e princípios do séc. XIV, analisados por M. LIMA, *O Cabido de Braga...*, p. 24-35 e IDEM, «Os Arcebispos e o Cabido de Braga: uma relação controversa nos finais do século XIII», *Lusitania Sacra*, 2ª série, tomo XIII-XIV (2001-2002), p. 59-73. No primeiro dos trabalhos referidos colhem-se também importantes informes sobre o processo ritual de entronização dos cônegos de Braga nos seus benefícios.

<sup>11</sup> Sobre a utilidade destas actas para a questão em apreço, veja-se Robert GANE, *Le chapitre de Notre-Dame de Paris au XIV<sup>e</sup> siècle. Étude sociale d'un groupe canonial*, St.-Étienne, Publications de l'Université de Saint-Étienne, 1999, p. 97.

<sup>12</sup> Estas mesmas limitações documentais só muito raramente podem ser ultrapassadas de forma conveniente pelo recurso a cartórios pessoais, que possibilitam uma visão clara e objectiva das solidariedades horizontais e verticais do eclesiástico, a par do conhecimento da globalidade do seu património e da forma de gestão dos seus rendimentos, conforme ilustrado pelos seguintes trabalhos de Maria do Rosário Barbosa MORUJÃO, «Geraldo Peres, cônego da Sé de Coimbra no século XIV», *Revista Portuguesa de História*, t. XXXI, vol. I (1996), p. 393-430 e João Carlos Taveira RIBEIRO, «A vida de um cônego no século XIV» em *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, vol. VI, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães-Universidade do Minho, 1997, p. 75-90.

<sup>13</sup> Veja-se *infra*.

uma influência anglo-saxónica no arranjo do corpo dignitário e no recrutamento de parte dos seus primeiros efectivos, tenderá com o tempo a aproximar-se da prática verificada em outros cabidos catedralícios do reino <sup>14</sup>. A hierarquia das suas dignidades, sujeita a flutuações até ao século XIV, define-se, a partir de então, pelo seguinte escalonamento dignitário: Deão, Chantre, Arcediago de Lisboa, Tesoureiro, Arcediago de Santarém e Mestre-escola. Com este corpo dignitário, com as suas cerca de trinta prebendas e com um corpo de minoristas formado por quatro meio-cónegos e doze quartanários <sup>15</sup>, o Cabido de Lisboa foi o terceiro cabido catedralício numericamente mais importante do reino, suplantado somente pelos seus congéneres bracarense <sup>16</sup> e conimbricense <sup>17</sup>.

A subordinação que daí advinha, em termos numéricos, encontrava paralelo numa subordinação simbólica, pelo facto de o Cabido lisiponense não poder reclamar a reverência de uma fundação tão recuada como aquelas dos cabidos anteriormente referidos. No caso do Cabido de Braga, esta reverência era acompanhada de uma preeminência jurisdicional como metropolita, que o colocava numa classe à parte <sup>18</sup>. Ainda assim, a instituição

---

<sup>14</sup> Sobre a questão das influências anglo-saxónicas na estruturação capitular, veja-se Maria João BRANCO, «A conquista de Lisboa revisitada», *Arqueologia Medieval*, 7 (2001), p. 232-233, nt. 90. Pensamos que as alterações nas designações de algumas dignidades no decurso da segunda metade do século XII (de *cancelarius* em *magister-scolarum* e de *prae-centor* em *cantor*) não deixam de remeter para um contexto de aproximação com as práticas então vigentes no reino. Veja-se a nota seguinte.

<sup>15</sup> Sobre a estruturação e a hierarquia capitular, veja-se M. FARELO, *O Cabido da Sé...*, I, p. 13-44 e IDEM, «Organização e composição social do Cabido da Sé de Lisboa (1277-1377)», *Anuario de Estudios Medievales*, 35/2 (2005) (no prelo).

<sup>16</sup> No período em estudo, este cabido dispõe de oito dignidades (Deão, Chantre, Arcediago do Couto de Braga, Arcediago de Neiva, Arcediago de Barroso, arcediago de Vermoim, Tesoureiro, Mestre-escola), trinta e seis cónegos e doze terciários. M. LIMA, *O Cabido de Braga...*, p. 19.

<sup>17</sup> Em Coimbra, o cabido catedralício compunha-se igualmente de oito dignidades (Deão, Chantre, Arcediago de Coimbra, Arcediago de Seia, Arcediago do Vouga, Arcediago de Penela, Tesoureiro e Mestre-escola), existindo no período considerado quarenta prebendas (trinta e oito disponíveis mais duas para a fábrica da Sé e a cantadoria) e um grupo de terciários. António de Jesus RAMOS, «COIMBRA, Diocese de», *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. I, dir. Carlos Moreira AZEVEDO, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 391.

<sup>18</sup> Nesta época, a Sé de Braga era metropolita das dioceses portuguesas de Coimbra, do Porto, de Viseu e das dioceses galaico-leonesas de Astorga, Mondonhedo, Orense e Tui. Bernardo de SÁ-NOGUEIRA, «O espaço eclesiástico em território português (1096-1415)» em *História Religiosa de Portugal*, vol. I, coord. Ana Maria JORGE e Ana Maria

capitular lisiponense era um dos cabidos catedralícios mais apelativos do reino. O seu poder de atracção manifestava-se primordialmente no conjunto de rendimentos que os seus benefícios conseguiam gerar <sup>19</sup>. Em paralelo, tornava-se determinante a sua localização geográfica no centro de uma das cidades mais frequentadas pelo rei e pela sua Corte, na qual se fixam paulatinamente a partir do século XIV as estruturas da administração central do reino e se desenvolve uma actividade mercantil de significativa importância. Estes elementos potenciam a atracção económica e social da urbe, cujo carácter cosmopolita não deixaria de oferecer oportunidades para o clérigo que dispusesse de boas ferramentas de inserção social.

Incidiremos o nosso interesse no período que medeia entre os finais do século XIII e as vésperas do Grande Cisma, na sequência de uma cronologia já seguida na nossa dissertação de Mestrado <sup>20</sup>. Esta escolha resulta sobretudo de contingências documentais e conjunturais. O limite cronológico a montante radica nestas últimas e não tanto no usual aproveitamento de uma cesura histórica importante. Para esta é assumida a sua eventual arbitrariedade. Já o limite cronológico a jusante foi determinado pelas profundas alterações que o Grande Cisma provocou nos quadrantes da sociedade cristã e na própria instituição capitular (cargos bicéfalos, problemas de obediência, transformação das relações dos seus membros com os poderes soberanos, etc.). No âmbito do presente trabalho, este limite torna-se tanto mais necessário quanto a variação de conjunturas resultantes da multiplicidade de obediências não deixou de criar redes de solidariedade paralelas que exigiriam um estudo monográfico aprofundado.

---

RODRIGUES, Lisboa, Círculo de Leitores-Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica, 2001, p. 143. Somente em finais do século XIV foi criada a arquidiocese de Lisboa, pela bula *In eminentissime dignitatis* datada de 1393, Nov. 10, Roma (São Pedro) pela qual fazia igualmente suas sufragâneas as dioceses de Évora, Guarda, Lamego e Silves, publicada em António Caetano de SOUSA, *Provas da história genealógica da Casa Real portuguesa*, tomo I, 2ª ed., Coimbra, Atlântida Editora, 1947, p. 32-37.

<sup>19</sup> Não dispomos de fontes fiscais para o estudo satisfatório da questão. No entanto, o famoso catálogo da taxa dos benefícios eclesiásticos portugueses elaborado em 1320-1321, mostra que algumas das dignidades do Cabido de Lisboa são das mais taxadas de entre os benefícios das instituições capitulares do reino. Sendo lógico pressupor que essa taxa fosse proporcional aos rendimentos efectivos desses benefícios, dispomos assim de uma bitola que cauciona, ao menos, um grau de comparação entre os rendimentos dos diferentes cabidos existentes nessa altura no reino português. O referido catálogo foi publicado em Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, ed. Damião PERES, Porto, Portucalense Editora, 1971, p. 90-144.

<sup>20</sup> M. FARELO, *O Cabido da Sé...*, I, p. 1-2.

### 1.3. Os termos

O conceito de base que fundamenta este trabalho condensa-se na solidariedade. Não sendo um termo medievo, dispõe de uma abrangência que parece convir particularmente bem à descrição dos mecanismos de promoção social que pretendemos analisar. Com efeito, não será tanto a sua conotação de «oferta de ajuda» pela via da cooperação ou da beneficência que nos interessará aqui, mas sobretudo a sua acepção enquanto compromisso, enquanto laço que exprime uma ligação ou obrigação mútua<sup>21</sup>. Para concretizar a identificação desta relação recorreremos a dois grupos de cooperação sobejamente conhecidos no funcionamento e na estruturação das relações sociais, o parentesco e o clientelismo.

Começando pelo primeiro, o parentesco caracteriza-se por ser a pedra angular das sociedades humanas, quer pela sua capacidade em regulamentar parte da vida em sociedade, quer pela sua acção na identidade social e na promoção do indivíduo<sup>22</sup>. O estabelecimento destas últimas não passa somente pela filiação (relações de sangue), outrora estudada no âmbito da família restrita. Com o crescente interesse historiográfico pela antropologia dos sistemas de parentesco, o estudo da filiação alargou-se à problemática das alianças (ligações matrimoniais) e do parentesco espiritual<sup>23</sup>. No caso vertente, é importante analisar os processos de promoção dos membros da família de um indivíduo em situação de poder, tendo em vista que este é um dos elementos mais perenes na história das relações humanas e na eficácia das acções sociais. Este questionamento não é desprecioso face ao que hoje sabemos sobre a sua génese – simultaneamente precoce<sup>24</sup> e global<sup>25</sup> – no contexto dos cabidos catedralfcios do reino.

---

<sup>21</sup> *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, vol. VI, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, p. 3368, sub versis «solidariedade».

<sup>22</sup> C. GHASARIAN, *Introdução ao estudo...*, p. 11-12.

<sup>23</sup> Anita GUERREAU-JALABERT, Régine LE JAN, Joseph MORSEL, «Familles et parentes. De l'histoire de la famille à l'anthropologie de la parenté» em *Les tendances actuelles de l'Histoire du Moyen Âge en France et en Allemagne. Actes des colloques de Sèvres (1997) et Göttingen (1998) organisés par le CNRS et le Max-Planck-Institut für Geschichte*, dirs. Jean-Claude SCHMITT e Otto Gerhard OEXLE, Paris, Publications de la Sorbonne, 2002, p. 436.

<sup>24</sup> A precocidade deste elemento fomentador de inserções capitulares encontra-se em uma constituição de D. João Peculiar (1138-1175), que determina que não poderia existir simultaneamente no Cabido de Braga mais de três parentes em primeiro e segundo grau. M. LIMA, *O Cabido de Braga...*, p. 46, nt. 201 a partir de Avelino de Jesus da COSTA, «Cabido», *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, dir. Joel SERRÃO, Porto, Livraria Figueirinhas, 1975, p. 410.

<sup>25</sup> Uma globalidade expressa em termos de uma grande variação estatística, se atendermos

Neste sentido, a posição de poder de um membro da família de uma dignidade e de um cónego assemelha-se ao conceito de clientelismo conforme definido por Maria Ângela Beirante, enquanto um «sistema de relações recíprocas e personalizadas entre indivíduos com poder e *status* desiguais»<sup>26</sup>. Em termos da sua aplicação prática, o clientelismo define-se pela capacidade de o patrono influenciar eficazmente a obtenção de um benefício capitular em favor do seu cliente. A defesa dos interesses do seu patrono corresponde, então, à contrapartida pela obtenção por parte do referido cliente de um novo conjunto de rendimentos e de um novo reconhecimento social. Este «acordo» resulta normalmente de uma ligação anterior entre as partes, fruto de uma especificidade técnica e funcional resultante do usufruto de um cargo nas administrações e nos séquitos do(s) patrono(s).

Bem entendido, a escolha destes últimos conceitos não foi gratuita, pelo que a sua utilização no discurso histórico comportou os seus óbices. Na realidade, a preferência recaiu sobre aqueles «marcadores» de relações ou de existência de grupos sociais que melhor poderiam ser identificados nas fontes documentais disponíveis. Por via dessa necessidade foram conscientemente deixados de lado os conceitos de vizinhança e de associativismo, definidos como exemplos de laços de solidariedade tipicamente horizontais<sup>27</sup>. Tal decisão prendeu-se com o facto de não ser possível estudar hoje, para Lisboa, de forma sustentada, as estruturas em que essas socialidades seriam mais visíveis. Neste sentido, pensamos de forma especial

---

às proporções de 3,5 %, 37% e 23 % encontradas, respectivamente, para os corpos canonicais de Évora (séculos XIII-XIV), Braga (período dionisino) e Lamego (primeira metade do séc. XIV). H. VILAR, *As Dimensões de um Poder...*, p. 165; M. LIMA, *O Cabido de Braga...*, p. 144 e Anísio Miguel de Sousa BemHaja SARAIVA, *A Sé de Lamego na primeira metade do séc. XIV (1296-1349)*, Leiria, Edições Magno, 2003, p. 154. Para Lisboa, no período considerado, foram encontrados sete casos, sem a prevalência da relação *tio-sobrinho*. M. FARELO, *O Cabido da Sé...*, I, p. 104.

<sup>26</sup> Maria Ângela BEIRANTE, «Os diferentes tipos de solidariedade na Cidade Medieval. O exemplo de Évora» em *Arqueologia do Estado. 1ª Jornadas sobre as Formas de Organização e Exercício dos Poderes na Europa do Sul, Séculos XIII-XVIII*, Vol. I, Lisboa, História & Crítica, 1988, p. 49. A semelhança entre parentesco e clientelismo baseia-se, neste caso, no facto de os parentes e clientes manterem laços idênticos com o patrão. Gunner LIND, «Grands et petits amis: clientélisme et élites du pouvoir» em *Les élites du pouvoir et la construction de l'État en Europe*, dir. Wolfgang REINHARD (versão francesa estabelecida por Robert DESCIMON), Paris, Presses Universitaires de France, 1996, p. 163-201, *maxime* 164.

<sup>27</sup> M. BEIRANTE, «Os diferentes tipos...», p. 41-44.



nas estruturas de enquadramento paroquial e bairrista, ou nos importantes lugares de sociabilização a que as confrarias medievais correspondiam <sup>28</sup>.

Perante estas circunstâncias, privilegiou-se a observação de eventuais laços de clientelismo e de quadros mais ou menos significativos de grupos familiares, restringindo-se a identificação de ambos à qualidade da documentação disponível. Não convém esquecer que este óbice constituiu assim um obstáculo à compreensão da natureza e da extensão dessas mesmas redes de solidariedade. Mais, o próprio emprego destes conceitos não está isento de escolhos. O próprio enfoque sobre estes conceitos, em detrimento de outros, estrutura e compartimenta as redes que se pretende observar, condicionando a sua natural abrangência e interpenetração. Subvaloriza-se assim os laços de sociabilidade exteriores à simples relação funcional, atestada na maior parte das vezes na documentação medieval portuguesa, escamoteando outros elementos que não deixariam de influir nas redes em análise. A amizade pode constituir, neste caso, um exemplo probatório. Trata-se de um sentimento assaz «estruturante» que a documentação raramente evidencia, mas cuja relevância poder ser comprovada por meio de alguns elementos esparsos, como por exemplo, o de constituir argumento para justificar a suspeição sobre um juiz aquando de um processo jurídico <sup>29</sup>.

Em termos da apresentação lógica da problemática, serão pormenorizadas as relações de parentesco e de clientelismo em função dos poderes que a documentação atesta como influentes no recrutamento capitular, a saber o Ordinário, a Cúria pontifícia, o Poder régio e várias famílias de enraizamento olisiponense com eventual participação na administração

---

<sup>28</sup> Embora subsista ainda alguma documentação para a confraria dos clérigos ricos (*Documentos da Biblioteca Nacional relativos a Lisboa. Primeira Série. Séculos XIII a XV*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), 1935). Esta pobreza documental não invalida que estas estruturas fossem socialmente significativas, conforme deixam perceber os raros exemplos passíveis de estudo, caso das confrarias eborenses estudadas em detalhe por Ana Sofia CLÁUDIO, *São as confrarias refúgio dos humildes? Contributo para o Estudo das Elites Eborenses no Final da Idade Média*. Dissertação de Mestrado, Curso de Mestrado de Estudos Históricos Europeus, Universidade de Évora, 2002, p. 58-66 entre outras.

<sup>29</sup> Esse argumento encontra-se em um pleito ocorrido em princípios do século XIV entre o prior e mosteiro de Alcobaça, de uma parte e o reitor e os clérigos da igreja de Sta. Maria de Azambuja, de outra parte. Pelo facto do reitor de Azambuja ser consobrinho e clérigo de D. Geraldo Domingues, bispo de Palência e o juiz ser consanguíneo de D. João Martins de Soalhães, bispo de Lisboa, o procurador alcobacense justificou a parcialidade do juiz pela amizade existente entre os dois prelados. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), *Mosteiro de Alcobaça*, 2ª inc., m. 44, n. 1116.

municipal. Esta individualização dos poderes em acção no Cabido não pretende ocultar que o recrutamento dos membros da instituição resulta sempre do compromisso entre eles. A evidência da supremacia de um deles em determinado momento não pressupõe a inexistência dos outros, conforme deixam perspectivar análises mais finas, assentes em melhores fontes, como a que Matthieu Desachy efectuou recentemente para o Cabido catedralício de Rodez <sup>30</sup>. A visibilidade desses poderes resulta então de uma responsabilidade partilhada ou da preponderância de um deles no âmbito de uma concomitante incapacidade de penetração dos outros.

## 2. Os poderes em acção no Cabido

### 2.1. O Ordinário

O bispo intervém no Cabido catedralício em nome da jurisdição ordinária exercida sobre as instituições eclesiásticas da sua diocese, o que lhe permite auferir uma série de prerrogativas, de que se destacam a visitação da Sé ou o escrutínio sobre a regulamentação interna do Cabido <sup>31</sup>. Esta capacidade de intervenção cedo se estendeu à atribuição de benefícios, de que são testemunho os acordos elaborados para o efeito com a entidade capitular <sup>32</sup>. Tais acordos ou composições permitiram ao bispo de Lisboa apropriar-se do direito de colação de alguns benefícios capitulares, de que as insuficiências documentais não enquadram devidamente na sua extensão e na sua abrangência. Apesar disso, sabemos que o bispo instituiu, em conjunto com o Cabido, a dignidade de Mestre-escola e as prebendas <sup>33</sup>,

---

<sup>30</sup> Matthieu DESACHY, *Cité des hommes. Le chapitre cathédral de Rodez (1215-1562)*, Rodez, Éditions du Rouergue, 2005, p. 123-129, 202-221.

<sup>31</sup> Para uma abordagem mais global da questão da jurisdição ordinária, veja-se para o caso português: José MARQUES, *A Arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, IN-CM, 1988, p. 69-238, 953-1267 e H. VILAR, *As Dimensões de um Poder...*, p. 209-211 e a bibliografia aí referida.

<sup>32</sup> Sabemos que esta questão foi discutida em princípios do século XIII, embora a falta do documento original ou de um sumário completo do mesmo não permite descortinar os termos exactos do acordo sobre essa questão. *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 179 [a partir de Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), COD. 8952, fl. 192v].

<sup>33</sup> M. FARELO, *O Cabido da Sé...*, I, p. 17, 19, 20-25. A colação conjunta das prebendas é sugerida pela bula de criação dos meios-canonicatos em 1299, na qual se indica que a mesma dependia da divisão de duas prebendas sujeitas à colação conjunta do Bispo e do Cabido.

escapando-lhe no entanto outras dignidades, como o Chantrado <sup>34</sup>. O bispo detinha então um efectivo poder de intervenção na admissão no cabido diocesano dos candidatos a benefícios, ainda que de forma mitigada pelo necessário acordo do corpo capitular.

A aplicabilidade desta prerrogativa teria variado segundo um conjunto apreciável de factores, desde o próprio carácter e as redes de solidariedades do Ordinário, à duração do episcopado ou ao maior ou menor interesse que a Cúria apostólica detinha nos benefícios capitulares. Este último facto é importante, porque o aumento do número das reservas apostólicas e a consequente colação de benefícios eclesiásticos pela Cúria durante o Papado de Avinhão dever-se-ão relacionar com o esvaziamento das colações ordinárias nos cabidos catedralícios da Cristandade <sup>35</sup>. Contudo, este esvaziamento não é sinónimo de inexistência ou de esquecimento, visto a colação ordinária se manter *de iure* nas prerrogativas dos Ordinários, mesmo daqueles ausentes dos seus bispados <sup>36</sup>. Com efeito, as colações ordinárias continuavam a existir, surgindo esparsamente na documentação pontifícia <sup>37</sup>.

---

<sup>34</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. II, ed. António Domingues de Sousa COSTA, Braga, Editorial Franciscana, 1970, p. 137, n. 520.

<sup>35</sup> M. DESACHY, *Cité des hommes...*, p. 126-127 e M. FARELO, *O Cabido da Sé...*, I, p. 86.

<sup>36</sup> Como deixa entrever o poder dado, em 1349, pelo bispo D. Teobaldo de Castillon aos seus vigários-gerais para colarem, proverem e instituírem por seu intermédio todos os benefícios diocesanos que lhe competia pela sua jurisdição. Yves RENOUEAU, «Un Français du Sud-Ouest, évêque de Lisbonne au XIV<sup>e</sup> siècle: Thibaud de Castillon (1348-56)», *Bulletin des Études Portugaises*, 13 (1949), p. 29-51, publicado de novo em Yves RENOUEAU, *Études d'histoire médiévale*, Paris, S.E.V.P.E.N., 1968, p. 1049.

<sup>37</sup> Por exemplo, um mandato apostólico de 1370 enviado ao bispo de Évora refere que o canonicato olisiponense que o destinatário deveria conferir a Pedro Afonso, filho do cavaleiro Afonso Domingues, tinha sido concedido por autoridade ordinária (*Urbain V (1362-1370). Lettres communes analysées d'après les registres dits d'Avignon et du Vatican*, ed. M.-H. LAURENT, Paris, E. de Boccard, 1954-1985, n. 26086). Esta colação ordinária podia verificar-se mesmo em período de grande intervenção curial, como foi a época subsequente à Peste Negra. Assim, em 1348, Jun. 5, Afonso Domingues obtém a provisão ordinária em um canonicato prebendado de Lisboa por morte de Mestre Afonso (*Chartularium Universitatis Portugalensis*, vol. I, ed. Artur Moreira de Sá, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1961, p. 184, n. 172, comentado por Joaquim Veríssimo SERRÃO, *Les Portugais à l'Université de Toulouse (XIII<sup>e</sup>-XVII<sup>e</sup> siècle)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970, p. 26-28). A referência destas colações ordinárias na documentação pontifícia justificava-se na necessidade de confirmação apostólica das mesmas motivada pela existência de dificuldades ou dúvidas na sua efectivação. Veja-se Anne-Marie HAYEZ, «Fonctionnaires languedociens de la Curie sous Jean XXII et Benoît XII» em *La Papauté d'Avignon et le Languedoc 1316-1991*, Toulouse, Privat, 1991, p. 345.

Significaria esta conjuntura uma perda de influência no Cabido para o Ordinário? Certamente, pois a Cúria arrogava-se o privilégio de prover benefícios capitulares que estavam destinados à colação ordinária. Contudo, esta perda – mais *de facto* do que *de iure* – foi contrabalançada com a fixação de mecanismos compensatórios por parte da Cúria, com o objectivo de proporcionar a inserção capitular das clientelas episcopais. Uma das vias mais utilizadas consistiu na concessão ao Ordinário do direito de colação de benefícios reservados pela Cúria, ou em vacatura na mesma. Favorecendo sobretudo bispos olisiponenses que deviam a sua cátedra ao poder pontifício, este fenómeno tornava-se particularmente visível na sequência da sagração do novo prelado, à semelhança do verificado nos casos de D. Fr. Estêvão (1313-1322)<sup>38</sup>, D. Vasco Martins (1342-1344)<sup>39</sup> e D. Estêvão Eanes de la Garde (1344-1348)<sup>40</sup>. Estas concessões permitiam ao novo Ordinário dotar economicamente os membros de uma nova administração, no quadro de uma eventual rotação de pessoal, coincidente com a necessidade de segurança e de confiança no âmbito do que hoje poderíamos apelidar de «confiança e solidariedade institucional». Em paralelo, a própria Cúria apostólica dispunha da possibilidade de outorgar directamente em favor dos membros das famílias e oficiais episcopais – com ou sem a intervenção do bispo – as devidas bulas de provimentos em benefícios capitulares.

Perante esta ordem de ideias, revela-se impossível estabelecer uma cronologia precisa para a influência episcopal no recrutamento do Cabido da Sé de Lisboa, tanto mais que, durante a segunda metade do século XIV, a cátedra olisiponense encontrava-se provida com clérigos ligados à Cúria de Avinhão<sup>41</sup>. Ainda assim, não se pode deixar de notar, desde finais de

<sup>38</sup> *Regestum Clementis papae V ex vaticanis archetypis sanctissimi domini nostri Leonis XIII pontificis maximi ivssu et munificentia, nunc primum editum cura et studio monachorum ordinis s. Benedicti, Romae, ex Typographia Vaticana, 1885-92, n. 10087.*

<sup>39</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, p. 19, n. 27.

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 130, n. 254.

<sup>41</sup> D. Reginaldo de Maubernard (1356-1359) ocupou o importante cargo de tesoureiro pontifício (Hélène MILLET, *Les chanoines du chapitre cathédral de Laon: 1272-1412*, Rome, École Française de Rome, 1982, p. 439); D. Lourenço Martins de Barbudo (1359-1364) foi ouvidor do Sacro Palácio apostólico (veja-se *infra*); D. Pedro Gomes Barroso (1364-1369) pertencia ao Consistório como cardeal-presbítero de S. Praxίδes (M. FARELO, *O Cabido da Sé...*, II, Anexo 1A, n. 39); Fernando Alvares de Albornoz (1370-1371) era sobrinho do cardeal D. Gil de Albornoz (*Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, p. CII, nt. 176); Vasco Rodrigues (1371) foi vigário de D. Pastor, cardeal de S. Marcelino e S. Pedro (súplica datada de 1355, Mar. 22 em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, p. 299-300, n. 66), enquanto Agapito de Colonna (1371-1378) foi legado apostólico (D. Rodrigo

Duzentos e durante a primeira metade do século seguinte, uma certa preponderância de inserções capitulares – e mesmo dignitárias – de efectivos ligados ao episcopado olisiponense. Mesmo que não seja possível destrinçar o modo de provimento dessas inserções, a sua existência necessita por si só de uma tentativa de explicação, sobretudo no que toca à identidade dos seus beneficiados.

Como aludido anteriormente, seria considerado normal, e até mesmo natural, que o Ordinário nomeasse ou fizesse nomear para os benefícios capitulares (e demais benefícios diocesanos) clérigos pertencentes à sua própria família de sangue e eclesiásticos englobados nos vários níveis de sociabilidade por si mantidos, desde membros da sua casa a clientes de outros prelados com os quais detinha relações privilegiadas <sup>42</sup>.

De facto, a consanguinidade entre bispos e capitulares olisiponenses é um dado adquirido, conforme atestam os exemplos dos cónegos Estêvão Rodrigues de Vasconcelos, sobrinho de D. Estêvão Eanes de Vasconcelos (1286-1287); Estêvão Peres, consobrinho de D. João Martins de Soalhães (1294-1313); Martim Afonso de Brito, irmão de D. João Afonso de Brito (1326-1342); Geraldo de Antissac e Olivério Gaydelli <sup>43</sup>, respectivamente consanguíneo e sobrinho de D. Estêvão Eanes de la Garde (1344-1348); ou ainda de Martinho Mateus e Martim Curvo, possíveis sobrinhos de D. Domingos Eanes Jardo (1290-1293) <sup>44</sup>. Centrado em figuras de finais de Duzentos e da primeira metade de Trezentos, este inventário corresponde, assim, ao que se dirá mais à frente sobre a pressão da intervenção curial. Apesar disso, a sua fraca expressividade numérica não deixa de fazer pensar nas dificuldades em identificar laços de parentesco <sup>45</sup>, assim como no

---

da CUNHA, *História Ecclesiastica da Igreja de Lisboa. Vida, e acções de sevs prelados & varões eminentes em santidade, que nella florecerão*. Lisboa, Manoel da Sylva, 1642, fl. 263).

<sup>42</sup> Um exemplo desta intervenção pode ser a de D. Guilherme de la Garde, estudada *infra*.

<sup>43</sup> M. FARELO, *O Cabido da Sé...*, I, p. 80. Deve-se adicionar à enumeração então efectuada o nome de *Olivério Gaydelli*, sobrinho de D. Estêvão Eanes de la Garde. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, p. 159, n. 303.

<sup>44</sup> IDEM, II, Anexo 1B, n. 26, 28, 40, 88, 95 e 98. Exceptuando o caso de Estêvão Rodrigues, cuja data de inserção é algo posterior, todos os outros registam-se como membros do Cabido no decurso dos episcopados dos seus familiares/protectores, o que pode indiciar acções directas destes últimos.

<sup>45</sup> A dificuldade em identificar laços de parentesco foi sublinhada de forma eloquente por Françoise Autrand, quando afirma que elementos como as relações de parentesco «font partie de la trame invisible de la vie quotidienne». Françoise AUTRAND,

relativo desconhecimento que ainda hoje envolve a identificação dos grupos familiares da maioria dos bispos portugueses de Trezentos <sup>46</sup>.

Uma das maneiras de contornar estas limitações reside no recurso a um estudo de caso, melhor documentado, que nos permita avaliar a eventual dimensão numérica e qualitativa deste fenómeno de consanguidade entre bispos e capitulares olisiponenses. Retivemos, para o efeito, a figura de D. João Martins de Soalhães, que ocupou a cátedra olisiponense de 1294 a 1313. Os cerca de vinte anos de episcopado garantem, em princípio, o tempo necessário para o prelado ter reunido as condições necessárias de promoção capitular da sua parentela, à semelhança do que ele fez posteriormente no Cabido de Braga <sup>47</sup>. Por outro lado, a existência de dados referentes à sua família nos livros medievais de linhagens e em documentação arquivística cauciona uma primeira reconstituição do seu grupo familiar com alguma profundidade.

De facto, a historiografia tem centrado a sua atenção no trajecto eclesiástico de D. João, insistindo logicamente na sua passagem pelas cátedras de Lisboa <sup>48</sup> e Braga <sup>49</sup>, em detrimento do seu percurso inicial, ligado simultaneamente aos Portocarreiros e ao cabido de Braga <sup>50</sup>, bem como ao cabido de Coimbra, onde ocuparia um canonicato e o vicariato-geral da diocese na década de 1280 <sup>51</sup>. Insiste-se, ainda, na importância da intercessão régia na

---

«Tous parents, amis et affins»: le groupe familial dans le milieu de robe parisien au XV<sup>e</sup> siècle» em *Commerce, Finances et Société (XI<sup>e</sup>-XVI<sup>e</sup> siècles). Recueil de travaux d'histoire médiévale offert à M. le Professeur Henri Dubois*, textos reunidos por Philippe CONTAMINE, Thierry DUTOUR e Bertrand SCHNERB, Paris, Presses Universitaires Paris-Sorbonne, 1993, p. 348, nt. 4.

<sup>46</sup> Com a excepção do episcopado dionisino, que mereceu a atenção de Armando Luís de Carvalho Homem («Perspectivas sobre a prelazia do Reino em tempos dionisinos», *Revista da Faculdade de Letras – História*, II<sup>a</sup> Série, vol. XV/2 (1998), p. 1469-1477) e que constitui hoje um dos campos de pesquisa de Hermínia Vilar. Hermínia Vasconcelos VILAR, «O episcopado do tempo de D. Dinis: trajectos pessoais e carreiras eclesiásticas (1279-1325)», *Arquipélago. História*, 5 (2001), p. 581-604.

<sup>47</sup> Durante a sua presença no arcebispado de Braga denotamos a presença de um seu sobrinho na dignidade de Mestre-escola bracarense. M. LIMA, *O Cabido de Braga...*, p. 47.

<sup>48</sup> R. CUNHA, *História Ecclesiástica...*, fl. 218-227v.

<sup>49</sup> IDEM, fl. 228-229.

<sup>50</sup> M. LIMA, *O Cabido de Braga...*, p. 41.

<sup>51</sup> Ana Paula Figueira SANTOS, *A fundação do mosteiro de Santa Clara de Coimbra: da instituição por D. Mor Dias à intervenção da rainha Santa Isabel*, dissertação de Mestrado em História Medieval, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000, vol. II, docs. 8, 32k, 32n, 33c, 56aa, 66a.

sua promoção eclesiástica, situando-a no final dessa mesma década de 1280, quando, em substituição do falecido Estêvão Lourenço, representou o rei juntamente com Martinho Peres, chantre de Évora, nas difíceis negociações em Roma com o episcopado português sobre as liberdades eclesiásticas <sup>52</sup>. Essa permanência na Cúria romana permite-lhe obter duas dispensas em relação com o seu percurso benefical, uma sobre defeito de ilegitimidade <sup>53</sup> e a outra sobre acumulação <sup>54</sup>. Mas, mais importante ainda, essa permanência familiariza-o com os meandros da Cúria, o que o ajudará sem dúvida na sua futura ascensão na hierarquia eclesiástica do reino. Esta processa-se, no imediato, pelo usufruto de vários benefícios menores <sup>55</sup>, antes de aceder ao bispado de Lisboa em 1294, depois de uma eleição gorada para o arcebispado de Braga <sup>56</sup>. Passados quase vinte anos no bispado de Lisboa, ascenderia em 1313 ao arcebispado de Braga, vindo a falecer em inícios de 1325, pouco tempo depois do seu grande patrono D. Dinis.

Esse importante trajecto eclesiástico encontrava paralelo nas alianças efectuadas com famílias bem inseridas na hierarquia eclesiástica secular do reino, sobretudo graças aos casamentos de seu irmão Lourenço Martins de Soalhães e de Vasco Eanes de Soalhães <sup>57</sup>, um dos seus seis filhos recenseados

---

<sup>52</sup> António Domingues de Sousa COSTA, «Concílio provincial de Compostela realizado em 1292, com a participação de bispos portugueses, e a data do efectuado no tempo do Arcebispo D. João Arias (no ambiente das concordatas de El-Rei D. Dinis)», *Itinerarium*, ano XXXIII, 29 (Setembro-Dezembro 1987), p. 394-470.

<sup>53</sup> A dispensa de ilegitimidade é motivada pelo facto dele ser filho de clérigo e de mulher solteira, pela qual ele fica habilitado a aceder a todas as ordens e benefícios eclesiásticos. Em bula de 1289, Abr. 3, Roma (Sta. Maria Maior). Arquivo Distrital de Braga (ADB), *Gaveta dos Privilégios e honras*, n. 5.

<sup>54</sup> A dispensa para a acumulação de mais um benefícios eclesiástico é concedida em atenção a D. Tiago Colonna, cardeal-diácono de Sta. Maria *in Via Lata* e ao rei D. Dinis. Em bula de 1289, Dez. 1, Roma publicada em A. COSTA, «Concílio provincial de Compostela...», p. 417-418, nt. 33d.

<sup>55</sup> M. FARELO, *O Cabido da Sé...*, II, p. 270.

<sup>56</sup> M. LIMA, *O Cabido de Braga...*, p. 91-92. José Augusto Ferreira alude a impedimentos de ilegitimidade para justificar a sua não-aceitação (José Augusto FERREIRA, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga (séculos III-XX)*, vol. II, Braga, Mitra Bracarense, 1928-1935, p. 95). Esta questão deverá ser reavaliada à luz do facto que o referido D. João Martins dispunha de uma isenção para esse defeito desde 1289. Veja-se a nt. 53 do presente trabalho.

<sup>57</sup> Vasco Eanes de Soalhães, vassalo régio, é filho de D. João Martins de Soalhães e de Maria Peres, como consta da carta da sua legitimação datada de 1308, Jan. 28, Santarém (IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 59). A sua juventude teria sido passada ao serviço de D. Geraldo Domingues, bispo do Porto, de Palência e de Évora, sendo nesta qualidade que

no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* a par de Rodrigo Eanes <sup>58</sup>, Martim Eanes de Avô <sup>59</sup>, Maria Eanes <sup>60</sup>, N. Martins <sup>61</sup> e Sancha Eanes de Soalhães <sup>62</sup>.

Pelo matrimónio de Lourenço Martins com Maria Peres de Oliveira, o grupo familiar de D. João Martins de Soalhães liga-se à família de um outro importante clérigo dionisino, Martim Peres de Oliveira, chantre de Évora e depois arcebispo de Braga, irmão da referida esposa <sup>63</sup>. Esta aliança tem o condão de reforçar os laços entre dois homens pertencentes ao mesmo grupo dos clérigos régios e cujas famílias encontram-se num mesmo processo ascensional pela via eclesiástica. Esta solidariedade não deve ter deixado de influenciar o ingresso no Cabido de Lisboa das clientelas do

---

ele é referido na carta de instituição em seu favor por D. João de um morgado da quinta de Cadima e de bens na Terra de Soalhães, em Sintra, Torres Vedras e Lisboa (transcrição moderna de documento originalmente datado de 1304, Mai. 13 em IAN/TT, *Arquivo da Casa de Abrantes*, n. 70, liv. 9E, doc. 132 e R. CUNHA, *História Ecclesiástica...*, fl. 229).

<sup>58</sup> Casado com Mor Esteves (filha de Vasco Martins Serrão de Moura e de Teresa Peres [Góis]), teve um filho chamado Estêvão Rodrigues que se ligou matrimonialmente a Urraca Vasques Peixoto, filha de Vasco Gomes Peixoto. *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, ed. de José MATTOSO em *Portugaliae Monumenta Historica*, Nova Série, vol. II, Lisboa, Academia das Ciências, 1980 (LL) 59D8.

<sup>59</sup> Martim Eanes de Avô fôra casado com uma Joana Martins, de cujo matrimónio nasceu Guiomar Martins, casada com Vasco Martins de Resende. A linha de Martim Eanes ocupava o terceiro lugar na sucessão do morgado instituído em favor de seu irmão Vasco Eanes. LL30S; 35E3; *Livro de Linhagens do Deão*, ed. de José MATTOSO em *Portugaliae Monumenta Historica*, Nova Série, vol. I, Lisboa, Academia das Ciências, 1980 (LD) 2N7; 3S8; 9Q8 e IAN/TT, *Arquivo da Casa de Abrantes*, n. 70, liv. 9E, doc. 132.

<sup>60</sup> Maria Eanes uniu-se matrimonialmente a Rui Lourenço Portocarreiro (filho de Lourenço Eanes Portocarreiro e Guiomar Rodrigues) e foi mãe de João Rodrigues e de Fernão Eanes, ambos designados de Portocarreiro. LL43U5. Este João Rodrigues era o quarto na linha de sucessão ao morgado de Vasco Eanes. IAN/TT, *Arquivo da Casa de Abrantes*, n. 70, liv. 9E, doc. 132.

<sup>61</sup> Martim Eanes da Mão foi casado com uma filha de D. João de Soalhães, de que conhecemos o patronímico Martins. O filho do casal, chamado João Martins de Soalhães, casou com Guiomar Rodrigues Vasconcelos. LL34R5.

<sup>62</sup> O *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* não fornece o nome desta filha do prelado que casou com Gonçalo Eanes Correia, dado nessa mesma fonte como gafo (LL42Z9). O seu nome depreende-se da instituição de um morgado que o seu pai fez em seu favor em 1308, Ago. 20 (em cópia moderna em IAN/TT, *Arquivo da Casa de Abrantes*, n. 67, liv. 6E, doc. 1279, papel 3, p. 2). A inserção deste Gonçalo Eanes na órbita das famílias de aliança de D. João Martins de Soalhães ajuda a explicar o facto de o seu testamenteiro ser João Afonso de Brito, futuro bispo de Lisboa e sobrinho de Martim Peres de Oliveira. J. PIZARRO, *Linhagens medievais...*, II, p. 394.

<sup>63</sup> LL30AF6; 31O9, 68A6. Sobre esta família, veja-se H. VILAR, *As Dimensões de um Poder...*, p. 42-55; 79-85, 87-89; A. SARAIVA, *A Sé de Lamego...*, p. 60-82.



referido D. Martim Peres, contribuindo para fazer de Lisboa um dos alvos principais de promoção dos Britos, através das inserções dos seus sobrinhos que seguiriam a carreira eclesiástica <sup>64</sup>.

A ligação preferencial a famílias dotadas de importantes clérigos manifesta-se igualmente pelas alianças do seu filho Vasco Eanes de Soalhães, através do casamento com Estevafinha Gonçalves [Pereira], irmã de um clérigo com um futuro brilhante, o célebre D. Gonçalo Pereira, que virá a ocupar a cátedra de Lisboa de 1322 a 1326, e a suceder ao próprio D. João Martins de Soalhães no arcebispado bracarense, após a sua morte em 1325 <sup>65</sup>.

Pela ligação posterior de Vasco Eanes com Leonor Rodrigues Ribeiro, filha de Rodrigo Afonso Ribeiro <sup>66</sup>, D. João aproxima-se da importante família dos Godins <sup>67</sup>. Esta última poderia ser o elo explicativo da ligação existente

<sup>64</sup> Sobretudo pelo matrimónio de duas irmãs de Maria Peres de Oliveira. Assim, Ausenda Peres de Oliveira casa com Afonso Eanes de Brito, pais de D. João Afonso de Brito, futuro bispo de Lisboa (1326-1342) e de Martinho Afonso de Brito, cónego de Lisboa. Igualmente, Constança Afonso de Brito consorta-se com Mem Rodrigues de Vasconcelos, sobrinho de Estêvão Eanes de Vasconcelos, bispo de Lisboa (1286-1287) e irmão de Estêvão Rodrigues de Vasconcelos, cónego de Lisboa. Ver referências na nota precedente. Este Mem Rodrigues casará depois com Maria Martins Zote, tia de Martim Martins Zote, arce-diago de Santarém na igreja de Lisboa e posteriormente deão de Braga. J. PIZARRO, *Linhagens medievais...*, I, p. 378.

<sup>65</sup> LL62B10. Sobre esta figura ímpar do Portugal de Trezentos, vejam-se Maria Helena da Cruz COELHO, «O arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir» in *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Actas do Congresso Internacional*, vol. II/1, Universidade Católica Portuguesa-Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, p. 389-463 e João Carlos Taveira RIBEIRO, *A Instituição Capitular Bracarense no Século XIV (1325-1374)*, dissertação de Mestrado em História e Culturas Medievais, Universidade do Minho, 1998. Assim se compreende um pouco melhor os laços que unem os dois clérigos, por exemplo, o facto de D. Gonçalo ser procurador de D. João Martins de Soalhães em escambo a efectuar pelo dito D. João com o mosteiro crúzio da sua herdade de Bacele pela quintã crúzia de Boelhe (original de 1295, Mai. 18, Coimbra em traslado de 1295, Mai. 21, Coimbra (Mosteiro de Sta. Cruz). IAN/TT, *Mosteiro de Sta. Cruz de Coimbra*, 2ª inc. m. 194, cota antiga «Alm. 16, m. 3, n. 19»). Na condição de procurador de D. João de Soalhães encontrava-se ainda D. Gonçalo em 1297 (ADB, *Gaveta das Notícias Várias*, n. 22, em M. LIMA, *O Cabido de Braga...*, p. 158).

<sup>66</sup> LL41D5-6.

<sup>67</sup> Pelo facto de Rodrigo Afonso Ribeiro ter sido casado com Urraca Godins, que o LL refere como filha de D. Godinho, o famoso moedeiro conimbricense (LL25T6; 26F5; 31E7; 35A3; 41B5, D5). A falta de dados concretos não permite levantar todas as dúvidas sobre uma eventual ligação familiar desta Urraca Godins a Maria Godins, provável filha de Godinho Pais, alvazil de Coimbra e casada com Pedro Fernandes Cogominho (J. PIZARRO, *Linhagens medievais...*, I, p. 60). No entanto, apesar da filiação aparentemente discordante,

entre Egas Lourenço Magro e os Cogominhos <sup>68</sup>. Desta forma se explicaria também o facto de, no ano de 1296, escassos dois anos após o seu provimento na cátedra de Lisboa <sup>69</sup>, o Deado olisiponense se encontrar na posse do referido Egas Lourenço Magro <sup>70</sup> e de, no ano seguinte, a Tesouraria ser entregue a Afonso Fernandes Cogominho, cónego de Lisboa <sup>71</sup>.

Mediante a identificação destes clérigos, empreendida de forma pouco exhaustiva <sup>72</sup>, apercebemo-nos que esta colocação de membros do seu grupo

---

cremos possível uma tal ligação, não somente pela proximidade geográfica da inserção das respectivas famílias, mas sobretudo pelo facto de Pedro Afonso Ribeiro, cunhado da dita Urraca Godins, ser herdeiro da referida Maria Godins e de seu marido Pedro Fernandes Cogominho (IAN/TT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª inc., m. 1, n. 50). Por outro lado, é igualmente provável que estas duas Godins se liguem a Teresa Godins, mulher de Lourenço Gonçalves Magro, mãe de Egas Lourenço Magro e irmã de Vicente e Pascásio Godins, este último deão de Viseu e cónego de Coimbra (J. PIZARRO, *Linhagens medievais...*, I, p. 477-478 e Leontina VENTURA, *A Nobreza de corte de D. Afonso III*, dissertação de Doutoramento em História Medieval, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1988, vol. II, p. 665-666). Não tendo encontrado outra ligação que o facto de Teresa Godins ter bens que confrontam com Pedro Afonso Roberto, não é possível pugnar, por agora, uma origem comum e uma consanguinidade de todos estes Godins.

<sup>68</sup> M. FARELO, *O Cabido da Sé...*, II, Anexo 1A, n. 3, 4, 9 e 43.

<sup>69</sup> A acta da sua eleição para o bispado de Lisboa encontra-se em ADB, *Gaveta dos Privilégios e honras*, n. 5. Logo nesse ano de 1294 encontramos o Chantrado olisiponense provido com Pedro Remigi. Essa inserção enquadra-se numa clara lógica de retribuição pelo papel desempenhado na eleição olisiponense do referido D. João Martins de Soalhães, enquanto «grande eleitor» designado para o efeito pelo Cabido e como procurador deste último a Santiago de Compostela afim de obter a necessária confirmação do metropolitano. A primeira referência que dispomos de Pedro Remigii como chantre de Lisboa encontra-se em documento de 1294, Fev. 27, Lisboa. IAN/TT, *Leitura Nova. Livro 2º da Estremadura*, fl. 170 (entre outros).

<sup>70</sup> Em bula de 1296, Jan. 30, Roma, publicada parcialmente em *Les registres de Boniface VIII. Recueil des bulles de ce pape publiées ou analysées d'après les manuscrits originaux des archives du Vatican*, ed. Georges DIGARD et ali. Paris, E. Thorin, 1884-1907, n. 975, col. 321-322 e em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, I, p. 29-31, n. 15. Ver as considerações tecidas por Mário Jorge BARROCA, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II-2, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 1255, nt. 274.

<sup>71</sup> Bula de 1297, Set. 15, em *Les Registre Boniface VIII...*, n. 2111. Este Afonso Fernandes tinha ainda um irmão chamado Gonçalo Fernandes, igualmente cónego de Lisboa. M. FARELO, *O Cabido da Sé...*, II, Anexo 1B, p. 229-231, n. 50.

<sup>72</sup> Para além destes casos, a inserção de influência episcopal no Cabido completa-se em 1303 pelo acesso de um dos seus mais fiéis oficiais, Afonso Pais, ao Mestre-escolado e de um seu consobrinho, Estêvão Peres, a um canonicato. IDEM, Anexo 1A, p. 17-21, n. 4; Anexo 1B, p. 184-186, n. 26.

familiar passou pela inclusão de parentes sem aparente filiação sanguínea, fruto das alianças contraídas pelos matrimónios do seu irmão e de, pelo menos, um dos seus filhos <sup>73</sup>. Para além disso, estes parentes distinguiram-se pela sua pertença a uma nobreza média, facto que pode explicar que a sua condigna inserção capitular não tenha privilegiado somente os simples canonicatos, mas se tenha alargado ao corpo restrito do grupo dignitário. Assim, se esta explicação estiver correcta, teríamos D. João Martins de Soalhães como o verdadeiro responsável de uma investida de inserção nobiliárquica no Cabido lisiponense em finais do século XIII e nas primeiras décadas do século XIV <sup>74</sup>, situação que se pode considerar anómala no quadro actual do conhecimento sobre o recrutamento social dos outros cabidos catedralícios do reino <sup>75</sup>.

No que respeita ao clientelismo episcopal, este segue *mutatis mutandis* o raciocínio evidenciado para a inserção de familiares biológicos no Cabido de Lisboa, com a diferença de os destinatários de inserção serem, em grande parte, os oficiais dos bispos <sup>76</sup>. Ainda que submetido ao mesmo processo, este clientelismo não era entendido nem percepcionado na prática como o favoritismo da parentela episcopal <sup>77</sup>. Esta evidência supõe, então, que a sua efectividade estivesse dependente de outros factores (número de parentes a prover, dimensão da administração episcopal, etc.), sendo, neste capítulo, de particular importância a evolução do modo de recrutamento do corpo vicarial de cada prelado <sup>78</sup>, em paralelo com a crescente intervenção curial.

---

<sup>73</sup> Este exemplo ilustra de forma evidente como as famílias episcopais e arquiépiscopais poderiam encontrar-se imbricadas por laços de aliança que, de modo geral, não são referenciados nas fontes documentais.

<sup>74</sup> A inserção nobiliárquica constatada não se transformou numa corrente estável. Se ela subsistiu pontualmente com estrangeiros e raros efectivos nacionais, a mesma não parece ter influído em demasia no recrutamento capitular. Relativamente à presença de outros nobres no Cabido no período subsequente, como Martim Martins Zote, ou na própria Sé, com D. Gonçalo Pereira, ainda que as respectivas inserções pudessem não ser directamente imputáveis a D. João Martins de Soalhães, convém lembrar que estes dois eram igualmente parentes por aliança do referido bispo.

<sup>75</sup> H. VILAR, *As Dimensões de um Poder...*, p. 169, com numerosa bibliografia sobre a questão na nt. 519 dessa página.

<sup>76</sup> M. FARELO, *O Cabido da Sé...*, I, p. 81.

<sup>77</sup> À primeira vista esta coincidência pode sugerir uma confusão entre factores promocionais ligados ao parentesco e ao clientelismo. Contudo, na época, seriam realidades distintas, como atestam as súplicas pontifícias em cujos róis episcopais, os parentes do bispo surgem geralmente primeiro do que os seus clientes.

<sup>78</sup> Discutimos esta questão no decurso na nossa dissertação de mestrado (M. FARELO,

Como esta última não se manifestava exclusivamente enquanto poder intercessor na promoção da parentela e clientela episcopais, a sua abrangência justifica uma análise detalhada sobre a mesma, insistindo nas suas justificações e na sua eventual cronologia.

## 2.2. A Cúria pontifícia

Ao contrário do caso anterior, em que a intervenção na outorga de benefícios resulta de um entendimento com a entidade capitular, a influência curial nessa questão sustenta-se numa política unilateral centralizadora e instrumentalizada desde os pontificados de Clemente IV (1265-1268) a João XXII (1316-1334)<sup>79</sup>. Com efeito, deve-se a este primeiro pontífice a enunciação, na bula *Licet ecclesiarum* (1265), do princípio segundo o qual o Papa dispõe do provimento de todos os benefícios e cargos eclesiais<sup>80</sup>. Embora, na prática, este princípio não se tenha logo materializado uma intervenção globalizante à escala da Cristandade, não deixou de permitir e justificar que os Papas subsequentes pudessem precisar e ampliar os casos a partir dos quais a nomeação benficial deveria reverter para a Cúria. Relativamente aos dois aspectos que consideramos mais importantes, alargou-se, por um lado, o conceito de «vacatura na Cúria Romana». De uma situação inicial, em que eram abrangidos os benefícios detidos

---

*O Cabido da Sé...*, I, p. 81-83) Aí pudemos evidenciar que os vigários-gerais, até ao período de nomeação de bispos estrangeiros, foram escolhidos maioritariamente no seio do próprio Cabido, em particular no grupo dignitário. Com a Peste Negra e os episcopados dos meridionais D. Estevão de La Garde (1344-1348), D. Teobaldo de Castillon (1348-1356) e D. Reginaldo de Maubernard (1356-1358), notou-se a tentativa deliberada de inserção capitular e, sobretudo, dignitária dos seus representantes em Lisboa. Estes provinham nessa época, a maior parte das vezes, do estrangeiro. No período subsequente, manteve-se o clientelismo episcopal, motivado talvez pela pouca duração cronológica dos respectivos episcopados, bem como por uma possível alteração da conjuntura no que respeita à inserção de estrangeiros no Cabido. Se, no período anterior, os oficiais dos bispos meridionais lograram uma inserção capitular, já agora os representantes da plêiade de bispos castelhanos que se sucederam na cátedra olisiponense não tentam (ou não conseguem) obter um cadeiral na instituição capitular. De facto, o recrutamento dos vigários-gerais nessas décadas de 1360 e 1370 efectuava-se fora do Cabido, mediante as solidariedades preexistentes de cada um desses bispos e aproveitando eventualmente alguns anteriores vigários com experiência e traquejo do respectivo cargo.

<sup>79</sup> Bernard GUILLEMAIN, *La politique bénéficiaire du pape Benoît XII (1334-1342)*, Paris, Librairie Ancienne Honoré Champion, Editeur, 1952, p. 21-33.

<sup>80</sup> IDEM, p. 21.

pelo eclesiástico que falecia no lugar onde permanecia a Cúria, passou-se a uma concepção mais alargada, considerando-se para o efeito todos os benefícios usufruídos pelos clérigos que faleciam no espaço geográfico delimitado por dois dias de viagem do local da sua permanência <sup>81</sup>. Por outro lado, distinguiu-se como cabendo na nomeação apostólica imediata todos os benefícios das pessoas adscritas à Cúria (cardeais, legados, núncios, capelães, colectores, servidores do papa, etc.) <sup>82</sup>.

Para além disso, o Papa poderia decretar a reserva de forma perpétua ou temporária de parte ou de todos os benefícios de um reino ou de uma circunscrição eclesiástica. Esta seria então entendida como geral. Existia ainda uma reserva particular, que atingiria um determinado benefício em concreto ou todos os benefícios de determinado eclesiástico <sup>83</sup>. Mediante estes e outros meios de intervenção <sup>84</sup>, pode-se dizer que a Cúria dispunha de mecanismos para intervir na colação de virtualmente todos os benefícios disponíveis na Cristandade latina. Contudo, é preciso ter presente que a obtenção de uma graça apostólica não significaria que o beneficiário fosse automaticamente provido, colado e instituído no benefício com o qual fôra agraciado. Na verdade, a obtenção de um canonicato e/ou de uma prebenda em qualquer cabido catedralício da Cristandade definia-se sempre como uma corrida entre vários clérigos <sup>85</sup>, e nem sempre a Cúria dispunha de «força» suficiente para combater a eventual oposição do colador ordinário e levar a termo o processo de instituição do(s) seu(s) candidato(s) <sup>86</sup>.

<sup>81</sup> IDEM, p. 22.

<sup>82</sup> Uma análise exaustiva desta questão pode ser colhida em IDEM, p. 22-24 e Anne-Marie HAYEZ, «Fonctionnaires languedociens...», p. 349-351.

<sup>83</sup> Sobre esta questão das reservas, veja-se B. GUILLEMAIN, *La politique bénéficiaire...*, p. 21, 24 e Michel HAYEZ, «Les réserves spéciales de bénéfices sous Urbain V et Grégoire XI» em *Aux origines de l'État moderne. Le fonctionnement administratif de la papauté d'Avignon. Actes de la table ronde organisée par l'École Française de Rome avec le concours du CNRS, du Conseil général de Vaucluse et de l'Université d'Avignon (Avignon, 23-24 janvier 1988)*, Rome, École Française de Rome, 1990, p. 237-249.

<sup>84</sup> Como os mandatos de provisão, a concessão de graças expectativas ou as súplicas «in forma pauperum». B. GUILLEMAIN, *La politique bénéficiaire...*, p. 24-26.

<sup>85</sup> Chegou a haver mais de vinte clérigos em lista de espera para a obtenção de um benefício capitular, como refere Anne-Marie HAYEZ, «Les demandes de bénéfices présentées à Urbain V. Une approche géographico-politique» em *Suppliques et Requêtes. Le gouvernement par la grâce en Occident (XII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècle)*, dir. Hélène MILLET, Rome, École Française de Rome, 2003, p. 128.

<sup>86</sup> H. VILAR, *As Dimensões de um Poder...*, p. 171; Saul António GOMES, «Escolares e Universidade na Coimbra Medieval» em *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, vol. I, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, p. 524-527.

Não obstante, a concessão de uma graça apostólica tornava-se num precioso adjuvante para a vitória na referida corrida, não admirando, pois, que não somente apenas o Ordinário, mas também cardeais, monarcas, oficiais e embaixadores régios, Universidades, oficiais curiais, entre outros, recorressem à Cúria para a obtenção de cartas de provimento em benefícios eclesiásticos <sup>87</sup>.

Em todo este eclectismo, procuraremos destringir as grandes etapas da intercessão pontifícia no Cabido da Sé de Lisboa, ainda que, em rigor, a sua exacta ponderação necessitasse de um melhor conhecimento sobre os coladores dos benefícios capitulares e sobre as ligações funcionais envolvendo beneficiários e patronos. Centraremos, assim, a nossa atenção nas inserções capitulares daqueles que manifestamente se encontram ligados por diversas razões à Cúria e que, de forma geral, se poderiam apodar de *curiais*.

Nesse sentido, a Cúria Apostólica manifestou uma capacidade de intercessão estruturante no Cabido da Sé de Lisboa mediante a preponderância cíclica de um ou mais grupos familiares cardinalícios. De facto, não é surpresa para ninguém que os cardeais se contam entre os verdadeiros beneficiados da política de centralização apostólica, em virtude da maior facilidade que dispunham na obtenção de provimentos apostólicos de benefícios <sup>88</sup>. Estes encontravam nos cabidos catedralícios uma forma de aquisição de

---

<sup>87</sup> Esta transversalidade na identidade dos impetrantes de benefícios está claramente patente no estudo monográfico dos róis apresentados a Gregório XI no decurso do primeiro ano do seu pontificado. Anne-Marie HAYEZ, «Les *rotuli* présentés au Pape Urbain V durant la première année de son pontificat (6 novembre 1362-5 novembre 1363)», *Mélanges de l'École Française de Rome. Moyen Âge*, vol. 96, 1 (1984), p. 327-394.

<sup>88</sup> Esta facilidade tinha por base, não somente uma proximidade efectiva com a entidade que outorgava esses provimentos, mas também pelo conhecimento dos benefícios em vacatura facultado pelos respectivos representantes no reino. A capacidade de intervenção cardinalícia adquiria uma especial abrangência quando o cardeal se encontrava em legacia na Península. Nessas ocasiões, os papas dotavam os cardeais-legados de inúmeros poderes consoante os casos, de entre os quais se incluía normalmente a concessão do direito de prover benefícios eclesiásticos em vacatura nas províncias eclesiásticas visitadas (B. GUILLEMAIN, *La Cour pontificale d'Avignon, 1304-1376. Étude d'une société*, Paris, E. de Boccard, 1962, p. 228; Thérèse BOESPFLUG, «La représentation du pape au Moyen Âge. Les légats pontificaux au XIII<sup>e</sup> siècle», *Mélanges de l'École Française de Rome. Moyen Âge*, vol. 114, 1 (2002), p. 67-68). Note-se, por exemplo, que na sequência da eleição de Gregório XI, os róis apresentados mais antedatados foram os dos familiares do papa, logo seguidos pelos róis cardinalícios. (A.-M. HAYEZ, «Les *rotuli* présentés...», p. 337). A grandeza da antedatação dessas graças apostólicas correspondia, em teoria, à sua respectiva eficácia, visto que a ordem de concurso ao benefício capitular determinava-se pela data crescente dos documentos apresentados (ou do seu registo pela autoridade capitular).

rendimentos mediante a acumulação benéfica e a possibilidade de colocação dos membros das suas *familiae*, como retribuição dos serviços prestados <sup>89</sup>. O caso do Cabido da Sé de Lisboa revela-se neste ponto paradigmático.

Nas últimas décadas de Duzentos, a inserção de membros conotados com a Cúria remete para a obtenção de canonicatos prebendados sob a égide do cardeal Godofredo de Alatri. Cónego de Lisboa desde, pelo menos, o ano de 1251 até à sua morte, ocorrida em 1287 <sup>90</sup>, detectamos a sua intercessão na obtenção do Arcediagado, canonicato e prebenda de Lisboa em 1285 em favor de Domingo Gonçalves <sup>91</sup>. É possível, no entanto, que essa influência fosse mais lata, contemplando os cónegos olisiponenses então originários do *Latium*, onde se situava a vila de Alatri <sup>92</sup>.

Com o episcopado de D. João Martins de Soalhães, a intervenção cardinalícia surge como que algo refreada, coincidente, provavelmente, com o papel interventivo do bispo no recrutamento capitular de então. Não será por isso de estranhar que, no episcopado seguinte de D. Fr. Estevão, a influência cardinalícia pareça aumentar, fruto do jogo das reservas apostólicas e da particular convivência com a Cúria, que esse bispo parece ter demonstrado ao longo da sua carreira <sup>93</sup>. Verifica-se, então, a influência

---

<sup>89</sup> Segundo Bernard Guillemain, não se deve esquecer que a referência à intercessão cardinalícia constitui um *modus faciendi* da chancelaria apostólica, passível de esconder outras influências: «Il ne faudrait pas croire, non plus, que seuls, les cardinaux ou les monarques ont recommandé des clercs à la bienveillance du pontife: mais c'était l'habitude de la Chancellerie [Apostolique] de ne mentionner que ces hauts protecteurs; des autres, certainement nombreux, la trace est fréquemment perdue». B. GUILLEMAIN, *La politique bénéficiaire...*, p. 13.

<sup>90</sup> Veja-se, respectivamente, Maria Alegria Fernandes MARQUES, *O Papado e Portugal no tempo de D. Afonso III (1245-1279)*, dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990, p. 162, 207, nt. 215 e Manuel Caetano de SOUSA, *Catálogo Histórico dos Sumos Pontífices, cardeais, arcebispos, e bispos portugueses*, Lisboa, Off. de Pascoal da Silva, 1725, p. 67.

<sup>91</sup> Em bula de 1285, Nov. 20 (Domingo), Sta. Sabina. *Les registres de Honorius IV (1285-1287)*, ed. Maurice PROU, Paris, Ernest Thorin, 1888, n. 208.

<sup>92</sup> Casos dos cónegos Benedicto de Fumone e Bertoldo de Labro. M. FARELO, *O Cabido da Sé...*, II, Anexo 1B, n. 11 e 12. Um pouco mais tarde constatamos a inserção capitular de Pedro de Fumone, a qual deverá no entanto relacionar-se com uma relação estreita com o então bispo D. João Martins de Soalhães, como deixa entender um processo do princípio do século XIV. IAN/TT, *Mosteiro de Alcobaça*, 2ª inc., m. 44, n. 1116; m. 94, documento por numerar.

<sup>93</sup> Fernando Félix LOPES, «Das actividades políticas e religiosas de D. Fr. Estêvão, bispo que foi do Porto e de Lisboa», *Lusitania Sacra*, VI (1962-1963), p. 50, 76; Vítor Gomes TEIXEIRA, «D. Fr. Estêvão, OFM: de Portugal a Avinhão, entre a fidelidade e a

capitular exercida por Napoleão Orsini, cardeal-diácono de Sto. Adriano <sup>94</sup>, ainda que a memória do poderoso cardeal Tiago Stefaneschi fosse suficiente para granjear o acesso de um dos seus sobrinhos a um canonicato olisiponense <sup>95</sup>. Neste episcopado de D. Fr. Estêvão, essa permeabilidade capitular atinge um patamar importante pelo acesso ao corpo dignitário, pela primeira vez durante o período em estudo, de um outro cardeal <sup>96</sup> e de um estudante estrangeiro <sup>97</sup>.

No entanto, é a partir do pontificado de Clemente VI que a prática se intensifica. Um dos principais vectores de actuação radicou na concessão de dignidades olisiponenses aos cardeais castelhanos da Cúria como Pedro

---

ingratidão» em *Portogallo mediterraneo*, dirs. Luís Adão da FONSECA e Maria Eugenia CADEDDU, Cagliari, Consiglio Nazionale delle Ricerche-Instituto sui rapporti italo-iberici, 2001, p. 58 e Louis DUVAL-ARNOULD, «L'élaboration d'un document pontifical: les travaux préparatoires à la constitution apostolique *Cum inter nonnullos* (12 novembre 1323)» em *Aux origines de l'État moderne...*, p. 387-406.

<sup>94</sup> Odon, filho de Tiago de *Frigepanantibus*, nobre e consanguíneo de Napoleão, cardeal-diácono de Sto. Adriano, obtém provimento no canonicato sob expectativa de prebenda de Lisboa por bula de 1316, Nov. 11, Avinhão (*Lettres communes du pape Jean XXII (1316-1334). Lettres communes analysées d'après les Registres dits d'Avignon et du Vatican*, ed. Guillaume. MOLLAT, Paris, École Française de Rome, 1904, n. 1820). Sobre este cardeal, veja-se B. GUILLEMAIN, *La Cour pontificale...*, p. 241-244.

<sup>95</sup> Tiago de *Filiis*, mais conhecido por D. Jacobo. M. FARELO, *O Cabido da Sé...*, II, p. 241-244, n. 58. Obtendo de João XXII o provimento apostólico do canonicato sob a expectativa de prebenda na igreja de Lisboa em bula de 1316, Setembro 7, Lyon (*Lettres communes. Jean XXII...*, n. 767), D. Fr. Estêvão, bispo de Lisboa, instala o seu procurador Martim *Guidom* em 1317, Jul. 13 no canonicato que era anteriormente de Afonso Peres, falecido na Cúria apostólica (ADB, *Colecção Cronológica*., Pasta 8, n. 320).

<sup>96</sup> Pierre Tessier, cardeal de Sto. Estêvão in *Coeliomonte* (1320-1325) e tesoureiro do papa. Obteve o provimento apostólico no Arcediado de Lisboa por bula de 1321, Fevereiro 23, Avinhão, em vacatura pela sagração de João, filho de Tiago, rei de Aragão, no arcebispado de Toledo, conservando o referido Arcediado olisiponense até à sua morte, nos primeiros meses de 1325. M. FARELO, *O Cabido da Sé...*, II, Anexo 1A, p. 136-137, n. 45 a completar com *Lettres communes. Jean XXII...*, n. 13009.

<sup>97</sup> Viviano de *Acromonte*. Ele obtém por intermédio de seu pai Raimundo *Bruni*, senhor de *Acromonte*, uma dispensa de residência nos seus benefícios durante três anos por motivo de estudo em 1308, Out. 1, *Apud Silvam Maiorem*, prorrogada durante mais um biénio em 1313, Abril 11, Avinhão, desta vez por intercessão de Arnaldo Guilherme, senhor de *Acromonte*, na diocese de Dax, usufruindo do chantrado de Lisboa e de um canonicato prebendado em Dax. Já depois da sua demissão ou transferência do Chantrado de Lisboa, surge em bula de 1320, Fevereiro 9, Avinhão designado de clérigo de Filipe e Joana, rei e rainha do reino de França, pela qual obtém a colação do canonicato e expectativa de prebenda no Cabido de Rouen. *Lettres communes. Jean XXII...*, n. 2975, 9161, 11007. Veja-se igualmente M. FARELO, *O Cabido da Sé...*, II, Anexo 1A, p. 146-147, n. 50.



Gomes Barroso (tio) e Gil de Albornoz, certamente por estas concessões se inscreverem logicamente no campo das influências e das solidariedades desses prelados <sup>98</sup>. Por outro lado, o intervencionismo passa em Lisboa por uma política de beneficiação dos agentes da Câmara Apostólica que a Cúria dispunha ciclicamente em Portugal, num processo em que se pode descortinar dois momentos. Num primeiro tempo, são privilegiados com a outorga de canonicatos e prebendas nos cabidos de Braga, Coimbra e Porto, colectores e núncios estrangeiros no âmbito de deslocações *ad hoc* a Portugal <sup>99</sup>. Com o estabelecimento no reino português de prelados meridionais em Braga, Coimbra e Lisboa, a par da passagem dos negócios da Câmara Apostólica em Portugal para a responsabilidade dos oficiais *in situ* destes últimos, a intervenção curial organizou-se a partir daí em torno da promoção das carreiras destes funcionários inseridos simultaneamente no serviço da Câmara Apostólica e da administração diocesana <sup>100</sup>.

Contudo, a acção mais espectacular teve lugar durante o pontificado de Clemente VI, pelo interesse que este último demonstrou em promover a sua família no meio capitular lisiponense, através da reserva sistemática das dignidades <sup>101</sup> e de todas as prebendas existentes no Cabido <sup>102</sup>. Se este objectivo não é perceptível ainda em 1342, com a concessão do Deado ao cardeal Pedro Gomes Barroso <sup>103</sup>, já a outorga, dois anos depois, do bispado

<sup>98</sup> Mais tarde, o próprio sobrinho homónimo de Pedro Gomes Barroso obteve o Chantrado de Lisboa, já depois de ter ocupado a cátedra lisiponense. *Id.*, Anexo 1A, p. 117-118, n. 39.

<sup>99</sup> *IDEM*, I, p. 91.

<sup>100</sup> *IDEM*, I, p. 91-92. A partir daí, estes tornaram-se nos intercessores dos restantes funcionários da Câmara Apostólica em Portugal, contribuindo para manter diversos elementos dessa instituição no seio do Cabido.

<sup>101</sup> Documentação pontifícia datada de 1349 refere, por exemplo, a vacatura do Deado, da Tesouraria e do Arcediago de Santarém. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, I, p. 177, n. 163; *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, p. 159, n. 302 e 302.

<sup>102</sup> BNL, *Códice Alcobacense* 275, fl. 130v-131, publicado em Saul António GOMES, «Observações sobre dois formulários eclesiásticos medievais portugueses», *Hymanitas*, vol. LIII (2001), p. 268-269.

<sup>103</sup> Concessão por *motu proprio* em 1342, Mai. 31, Avinhão. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, p. 3, n. 1. Esta concessão efectuou-se depois de D. Gonçalo Pereira ter solicitado em 1339 para si o direito de dispôr dos benefícios do falecido deão Egas Lourenço Magro (*Lettres communes du pape Benoît XII (1334-1342) analysées d'après les registres dits d'Avignon et d'Avignon*, ed. J. M. VIDAL, Paris, École Française de Rome, 1911, n. 2467) e depois de o Concelho de Lisboa ter visto gorado o provimento apostólico no Deado em favor do seu candidato João Airas, cônego de Lisboa (*Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, p. 8, n. 9).

ao seu sobrinho D. Estevão de la Garde contém em si o gérmen de um favoritismo que o aproveitamento das vacaturas causadas pela Pesta Negra só ajudou a amplificar. De facto, no período subsequente a 1348, o lançamento sistemático de reservas particulares sobre os benefícios capitulares teve por consequência que um número apreciável desses mesmos entrasse na influência directa de alguns dos seus sobrinhos, a saber, os cardeais Guilherme de la Jugie e D. Nicolau de Bessa <sup>104</sup>, o bispo de Saintes (e anteriormente de Lisboa, D. Estevão de la Garde) e o sobrinho deste último, D. Guilherme de la Garde <sup>105</sup>. Este nepotismo, no sentido literal do termo, correspondeu ao período «áureo» desta intervenção, levando a que a família de Clemente VI exercesse um controlo efectivo sobre cinco das seis dignidades existentes do Cabido de Lisboa <sup>106</sup>.

O mecanismo de actuação desse controlo passou sobretudo pela concessão das dignidades e dos canonicatos de Lisboa aos familiares desses curiais, podendo eventualmente o próprio cardeal reclamar para si o usufruto dos mesmos, como aconteceu com o deão D. Guilherme de la Jugie, com o arcediogo Gil de Alborno, com o arcediogo de Santarém Guilherme de Suche e, posteriormente, com o chantre Pedro Gomes Barroso (sobrinho) <sup>107</sup>. Indivíduos como Pedro Martelo, Elias *Roberti*, Raimundo *Tolsani* e Guilherme *Piloti* conseguiram assim juntar profícuas carreiras capitulares à sua condição de oficiais episcopais, contribuindo para que o corpo

<sup>104</sup> Sobre a filiação destes dois, veja-se entre outros B. GUILLEMAIN, *La Cour pontificale...*, p. 159; Pierre, DAVID, *Français du Midi dans les évêchés portugais (1279-1390)*, Lisboa, s. e., 1944, p. 42.

<sup>105</sup> T. de MOREMBERT, «GARDE (Étienne de La), archevêque de Arles» e «GARDE (Guillaume de La), archevêque d'Arles», *Dictionnaire d'Histoire et de géographie ecclésiastiques*, t. XIX, dir. R. AUBERT, Paris, Letouzey et Ané, col. 1228 e P. DAVID, *Français du Midi...*, p. 4 e 7. O autor identifica o primeiro como arcediogo de Beauvais e capelão do papa e o segundo como cônego de Orleans e chanceler de Beauvais.

<sup>106</sup> De fora ficou somente o mestre-escolado que, na altura, e até 1360, era detido por João Palmeiro. Parte da sua permanência deveu-se certamente ao facto de este ser oficial de D. Vasco Martins, bispo de Lisboa entre 1342-1344 e pessoa influente no meio curial. Para o conjunto destas concessões, veja-se M. FARELO, *O Cabido da Sé...*, I, p. 88 e o Anexo 2 deste trabalho. Esta influência cardinalícia dos sobrinhos de Clemente VI materializou-se sobretudo na promoção das respectivas clientelas em detrimento da inserção de familiares biológicos. A promoção destes últimos efectuava-se à escala dos benefícios maiores (bispados, arcebispados) e dos benefícios disseminado pelos inúmeros cabidos catedrais da Cristandade onde dispunham de influência. Por exemplo, D. Guilherme de la Garde exercia uma grande influência (senão mesmo um controlo) sobre os cabidos de Narbonne, Lodève e Béziers. A.-M. HAYEZ, «Fonctionnaires languedociens...», p. 356.

<sup>107</sup> M. FARELO, *O Cabido da Sé...*, I, p. 89-90.

dignitário olisiponense nas décadas de 1350 e de 1360 fosse quase exclusivamente constituído por estrangeiros. A partir da década seguinte, esta característica perpetuou-se no recrutamento das dignidades inferiores (Tesouraria, Arcediago de Santarém e Mestre-escolado), enquanto nos cargos mais importantes assistiu-se à inserção e à promoção dignitárias dos portugueses Domingos Peres da Lourinhã e Vasco Domingues <sup>108</sup>. Este facto não é de somenos importância se tivermos presente que estes clérigos foram os únicos portugueses a lograr alcançar uma dignidade olisiponense nas três décadas posteriores à Peste Negra, em conjunto com os chantres Afonso Domingues de Linhares (1356-1359) e Martim Lourenço (1369-1371) <sup>109</sup>. Nesses termos, não deixa de ser possível perspectivar a importância do peso da nacionalidade portuguesa nas promoções destes indivíduos, tanto mais que as referidas promoções são atípicas no quadro do recrutamento dignitário capitular <sup>110</sup>. Contudo, não dispomos de indícios suficientes para defender que estas inserções resultariam da confrontação de uma lógica *estrangeiro-português*, na conjuntura de um eventual escrutínio sobre a presença de clérigos estrangeiros em benefícios portugueses <sup>111</sup>. Ainda, cremos que a justificação mais tangível para esta escolha tenha sido a longa permanência destes indivíduos na Cúria Apostólica <sup>112</sup>. A abertura curial a efectivos portugueses enquadrar-se-ia, então, no conhecimento e na manutenção de redes de solidariedade que a estada continuada na Cúria fortalecia de forma efectiva.

---

<sup>108</sup> No âmbito da vacatura, em 1374, do Deado e do Chantrado pelas mortes dos cardeais Guilherme de la Jugie e Pedro Gomes Barroso (sobrinho), vitimados pela peste que então grassava em Avinhão, o que permitiu a sua substituição respectivamente por Domingos Peres da Lourinhã, arcediogo de Lisboa e Vasco Domingues, tesoureiro.

<sup>109</sup> Confira-se a lista das dignidades capitulares em M. FARELO, *O Cabido da Sé...*, I, p. 6.

<sup>110</sup> Tendo em conta a quase inexistência de promoção interna no corpo dignitário da altura.

<sup>111</sup> Essa realidade é perfeitamente visível em Castela desde os finais da década de 1320. Ana ARRANZ GUZMAN, «La imagen del pontificado en Castilla a través de los cuadernos de cortes», *Hispania Sacra*, 42 (1990), p. 730. Em Portugal, os indícios, apesar de um pouco mais tardios, não deixam de testemunhar um tal fenómeno. Gérard PRADALIÉ, «Quercynois et autres méridionaux au Portugal à la fin du XIII<sup>e</sup> et au XIV<sup>e</sup> siècle: L'exemple de l'Église de Coimbre», *Annales du Midi*, t. 94, 159 (Out.-Dez. 1982), p. 379-380.

<sup>112</sup> M. FARELO, *O Cabido da Sé...*, II, Anexos 1A, n. 7, 48.

### 2.3. O poder da Monarquia

As redes de solidariedade em torno dos monarcas portugueses manifestaram-se na inserção das suas clientelas no Cabido de Lisboa, associadas de forma vinculada ao oficialato presente na administração central <sup>113</sup>. Neste particular, destacam-se os cônegos de Lisboa que no decurso do reinado dionísio lograram desempenhar os importantes cargos de chanceler ou de vice-chanceler do rei: João Peres de Alprão (1291-1295) <sup>114</sup>; Estêvão Eanes Bocharo, arcediogo de Santarém e depois bispo de Coimbra (1296-1313) <sup>115</sup>; Francisco Domingues (1314, 1320-1323) <sup>116</sup> e o vice-chanceler Afonso Martins (1305-1319 <sup>117</sup>) <sup>118</sup>. Por mais despretensiosa que esta enumeração

<sup>113</sup> Nesta perspectiva, não se detecta para o período considerado a inserção capitular de membros da família régia e das famílias da alta nobreza. Estas últimas preconizam menos o prosseguimento de uma carreira no seio da hierarquia eclesiástica do que uma inserção na Corte régia. Já no século XV, a situação parece ter sido diferente, com o acesso de D. Fernando da Guerra e de seu irmão D. Luís da Guerra, bisnetos do rei D. Pedro, a benefícios maiores no reino. José MARQUES, *A Arquidiocese de Braga...*, p. 45. Convém lembrar, no entanto, que D. Dinis obteve para seu bastardo João Afonso uma dispensa de ilegitimidade para ascender a todas as Ordens por bula de 1308, Fev. 26, Poitiers em *Regestum Clementis papae V...*, n. 2742.

<sup>114</sup> Designado de vice-chanceler em documento de 1290, Novembro 28, Lisboa (IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fl. 279v), ele será referido até finais de Janeiro de 1291 como «tenente a chancelaria em nome do rei» ou «em logo do chanceler» (*Ibidem*, fl. 279v-290). Estas expressões seriam consideradas sinónimas de «chanceler do rei», se atendermos a dois documentos datados de 1291, Janeiro 17, Coimbra, sendo num designado como aquele «que tem a chancelaria por mandado do rei» (*Ibidem*, fl. 288v-289) e no outro de «chanceler» (ADB, *Gaveta dos arcebispos*, n. 14). A última referência que encontramos como chanceler data de 1295, Dezembro 9, Beja (IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 2, fl. 116v-117).

<sup>115</sup> Chanceler desde pelo menos 1296, Ago. 8 (IAN/TT, *Mosteiro de Alcobaça*, Livro 2º dos Dourados, fl. 89-89v) a, pelo menos, 1313, Abr. 18 [Turquel] (IAN/TT, *Mosteiro de Alcobaça*, 1ª inc., Documentos Particulares, m. 25, n. 26).

<sup>116</sup> A referência a 1314 provém de *Livro das Leis e Posturas*, ed. Nuno Espinosa Gomes da SILVA e Maria Teresa Campos RODRIGUES, Lisboa, Faculdade de Direito, 1971, p. 188-90 referido em Armando Luís de Carvalho HOMEM, «Dionisius et Alfonsus, dei gratia et communis utilitatis gratia legiferi», *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Letras*, 2ª série, XI (1994), p. 58. Os limites cronológicos para o desempenho da chancelaria régia na década de 1320 são fornecidos por documentos datados de 1320, Março 4, Santarém (IAN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens. Convento de S. Bento de Avis*, m. 3, n. 367A) e 1323, Abr. 13, Santarém (IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 150).

<sup>117</sup> A termino *a quo* de 1305 colhe-se em inúmeros documentos d'O *Livro das Lezírias* (M. FARELO, *O Cabido da Sé...*, II, p. 157) enquanto o termino *ad quem* corresponde a

seja, a mesma não deixa de evocar uma eventual ligação entre o Cabido da Sé de Lisboa e o recrutamento do pessoal dirigente da chancelaria régia durante o reinado dionisino. Tanto mais que essa mesma corresponde ao período de actividade na chancelaria régia dos prelados olisiponenses D. João Martins de Soalhães e do seu sucessor D. Fr. Estêvão. O que deixa supor que o recrutamento dos importantes cargos da chancelaria passaria então também pelas solidariedades dos bispos de Lisboa, que encontravam no cabido da cidade os clérigos de confiança para dirigir essa importante instituição. O exemplo d'*O Livro das Lezírias d'el Rei Dom Dinis* não vem senão reforçar esta hipótese <sup>119</sup>.

Por outro lado, a documentação não relatou somente a inserção capitular destes eminentes personagens que se destacaram no serviço da chancelaria. De facto, a promoção régia estendia-se aos diversos clérigos que se identificavam e eram identificados como *clérigos do rei*. Grupo de variadas proveniências, composto por clérigos de carreiras obscuras que obtêm reitorados e rações das igrejas do padroado régio e membros de famílias de serviço régio, os clérigos do rei constituem ainda hoje um corpo funcional sujeito a alguma indefinição historiográfica. De acordo com os dados conhecidos e sistematizados, estes clérigos régios definiam-se como uma nova estirpe de homens que, pelas suas competências e qualificações eminentemente técnicas, assessoravam política e administrativamente o monarca <sup>120</sup>. As inserções capitulares destes oficiais seriam certamente prioritárias, sendo por isso normal que a Monarquia recorresse à Cúria Apostólica e aos diferentes papas para fortalecer as respectivas candidaturas. Esta acção

---

documento datado de 1319, Setembro 15, Lisboa (IAN/TT, *Leitura Nova. Livro 2º de Direitos Reais*, fl. 83). Designado de chanceler em 1319, Outubro 26 (IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 4, fl. 86v).

<sup>118</sup> No início do seu reinado, D. Afonso IV escolheu igualmente um vice-chanceler com inserção no Cabido de Lisboa na pessoa de Miguel Vivas, embora seja verdade que o seu *cursus* tenha beneficiado superiormente de uma ligação ao arcediogo de Viseu, Lourenço Esteves Formoselha, como atestado recentemente por Maria do Rosário Barbosa MORUJÃO e Anísio Miguel de Sousa SARAIVA, «O chantre de Viseu e cónego de Coimbra Lourenço Esteves de Formoselha (...1279-1318†): uma abordagem proposográfica», *Lusitania Sacra*, 2ª série, 13-14 (2001-2002), p. 108-109, nt. 153.

<sup>119</sup> *O Livro das Lezírias d'El Rei Dom Dinis*, transcrição, Estudo Introdutório e Notas de Bernardo de SÁ NOGUEIRA, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003, p. 28-34.

<sup>120</sup> Leontina VENTURA, «Afonso III e o Desenvolvimento da Autoridade Régia» em *Portugal em definição de Fronteiras (1096-1325). Do Condado Portucalense à Crise do Séc. XIV*, coord. Maria Helena da Cruz COELHO e Armando Luís de Carvalho HOMEM, Lisboa, Editorial Presença, 1996, p. 134.

régia junto da Cúria complementava-se pela solicitação periódica das devidas isenções de residência destinadas a um número certo desses clérigos. Com o usufruto de tais indultos, um número restrito desses indivíduos manter-se-ia no serviço quotidiano do monarca, sem prejuízo do recebimento integral dos frutos dos respectivos benefícios eclesiásticos (veja-se Anexo 1) <sup>121</sup>. Por certo, a inserção destes homens não seria de todo prejudicial, visto significar a introdução no seu seio de homens dotados de *sapientia*, com um verdadeiro poder de intervenção junto do rei. Esta inserção de clérigos régios encontrava paralelo em alguns oficiais das casas das rainhas, que logravam obter benefícios capitulares, para os quais elas mesmas obtinham as respectivas isenções de residências <sup>122</sup>.

Sublinhe-se, por fim, que os reinados dionisino e afonsino correspondem à globalidade do fenómeno da intercessão (tanto do rei quanto da rainha) no recrutamento dignitário detectado no Cabido da Sé de Lisboa, observando-se um decréscimo importante da quantidade de capitulares olisiponenses associados ao poder régio no decurso dos reinados de D. Pedro e de D. Fernando <sup>123</sup>. Significará esta realidade uma perda de preponderância da intercessão régia? Muito provavelmente, se atendermos à maior intervenção curial já salientada. Teria sido um decréscimo ocorrido à revelia do poder régio? É uma questão para a qual não encontramos resposta por agora. Contudo, é possível que esta baixa de importância da «intercessão régia» se deva ao decréscimo de importância dos efectivos clericais e o consequente aumento de letrados leigos nas administrações régias da Cristandade <sup>124</sup>. Esta hipótese adapta-se bem ao caso português, estudado por Luís Armando de Carvalho Homem, que verificou no Desembargo

<sup>121</sup> O número de isenções obtidas variava consoante o indulto, sendo concedido normalmente um número maior ao rei do que à rainha, fruto talvez da diferente dimensão das respectivas casas. A existência de cartas régias que têm como objectivo a prova da pertença a este grupo de clérigos isentos (exemplo da carta dirigida a Mestre Gil [das Leis] datada de 1318, Dez. 8, Santarém, em IAN/TT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2.ª inc., m. 43, n. 1734), evidencia que a menção de *clérigo do rei* remete para a noção de um corpo estanque, submetido a regras de sucessão, logo para uma realidade muito mais hierarquizada e codificada do que o simples serviço do monarca pode indiciar à primeira vista.

<sup>122</sup> Muitos destes oficiais das Casas das rainhas procediam do serviço efectivo do monarca, segundo os elementos recolhidos e sistematizados por Rita Costa GOMES, *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995, p. 47.

<sup>123</sup> M. FARELO, *O Cabido da Sé...*, I, p. 93.

<sup>124</sup> Hélène MILLET e Peter MORAW, «Les clercs dans l'État» em *Les élites du pouvoir et la construction de l'État en Europe*, Paris, Presses Universitaires de France, 1996, p. 237-257.

Régio uma descida da presença clerical a partir da década de 1340 <sup>125</sup>. O grupo dos clérigos régios, tão proeminente e beneficiado nos períodos dionisino e afonsina rarefez-se. A intercessão régia não se teria por certo extinguido, antes teria adquirido uma nova dimensão pela promoção de um grupo mais diversificado. Não somente os clérigos de carreira, mas também as eventuais clientelas dos grupos curiais e aqueles que, detentores de benefícios eclesiásticos durante o seu período de formação, abandonavam o estatuto clerical para fundar família e prosseguir uma carreira laical ao serviço do rei.

Nesta nova heterogeneidade, há ainda lugar para se colocar uma questão: qual a importância das solidariedades socioeconómicas das famílias olisiponenses no recrutamento capitular desta época?

## 2.4. As elites urbanas de Lisboa: um poder intercessional?

A inserção capitular de dignidades e de cónegos inscreve-se no âmbito urbano. Enquanto instituição presente nas cidades portuguesas <sup>126</sup>, o Cabido catedralício e os seus membros formam uma entidade de poder no seio da urbe <sup>127</sup>: um poder de índole eclesiástico, fruto da sua responsabilidade na direcção de consciências e na celebração do Ofício Divino; um poder económico pelo património urbano detido e o conjunto de rendimentos gerados; um poder jurisdicional, pela participação na administração diocesana em parceria com o Ordinário. Atributos que fazem do Cabido catedralício um alvo preferencial das atenções da hierarquia eclesiástica secular e de outras instituições com interesses na urbe, como certas famílias locais, reconhecidas pela intervenção (ou não) na respectiva administração municipal. O acesso capitular destas famílias constituía um contraponto à sua

<sup>125</sup> A. HOMEM, *O Desembargo Régio...*, p. 177-178; IDEM, «A Dinâmica Dionisina» em *Portugal em Definição de Fronteiras...*, p. 156.

<sup>126</sup> Os cabidos catedralícios organizaram-se nas sedes dos respectivos poderes episcopais, sendo este um dos critérios em vigor na medievalidade portuguesa para definir um aglomerado urbano enquanto cidade.

<sup>127</sup> Miguel SANTAMARÍA LANCHO, «El cabildo catedralicio de Segovia como aparato de poder en el sistema político urbano durante el siglo XV», *Studia Historica. Historia Medieval*, 8 (1990), p. 47-77; José Manuel NIETO SORIA e Jorge DÍAZ IBÁÑEZ, «Elites y Clientelas Eclesiásticas (siglos XIII al XV): propuestas metodológicas desde el caso castellano» em *Elites e Redes Clientelares na Idade Média: Problemas Metodológicos*, ed. Filipe Themudo BARATA, Lisboa, Edições Colibri-CIDEHUS-Universidade de Évora, 2001, p. 205-210.

eventual intervenção no poder regulador e organizativo do município, contribuindo ambos para alargar o espectro das respectivas integrações nas elites da cidade.

Os investigadores que se têm debruçado sobre o recrutamento dos Cabidos catedralícios de Braga, Évora e Lamego têm insistido na presença, nessas instituições, de membros de famílias que, a nível regional, conseguiram exercer um verdadeiro poder de influência sobre as áreas económicas, sociais e mesmo políticas dessas cidades <sup>128</sup>. Conotada com a proeminência social do estatuto de cavaleiro adquirido pela vilania, pela multiplicação linhagística das famílias nobres undecentistas e pelo sucesso de uma carreira empreendedora no mundo mercantil, a presença das elites urbanas nos cabidos catedralícios é entendida como uma forma de valorização sócio-política. Esta tendência historiográfica conduz-nos a uma lógica interrogação: a inserção capitular de membros conotados com a elite urbana justifica-se pelo reconhecimento socioeconómico e, até político, que as suas famílias exercem na urbe ou traduz, por seu lado, uma lógica de inserção nas estruturas eclesásticas coincidentes com a zona de actividade familiar mediante o aproveitamento dos poderes intercessores disponíveis?

Para clarificar esta problemática, esboçaremos um pequeno estudo a partir de um conjunto de dez famílias, para as quais foi possível verificar a inserção capitular de um ou mais membros, identificados com maior ou menor exaustividade no âmbito de uma presença em Lisboa mais ou menos sustentada no tempo. Esta tentativa será sempre lacunar, desde logo por não ser possível aferir o número total de capitulares que, no período em estudo, entrariam nessa categoria. De igual modo, os trajectos e alianças dos grupos familiares agora analisados deverão ser considerados como transitórios, visto estarem sujeitos a constantes enriquecimentos, à medida que a investigação histórica possibilita a detecção de novos dados e de novos argumentos. Por último, e afim de não sobrecarregar o texto com as notas introdutórias sobre cada uma das famílias, procurámos sintetizar no Anexo 3 os dados relevantes para a análise, o qual serve doravante de suporte ao longo da exposição <sup>129</sup>.

---

<sup>128</sup> M. LIMA, *O Cabido de Braga...*, p. 35; H. VILAR, *As Dimensões de um Poder...*, p. 169-170; A. SARAIVA, *A Sé de Lamego...*, p. 154.

<sup>129</sup> Várias destas famílias foram objecto de uma apresentação no nossa dissertação de mestrado, para onde remetemos o leitor (vol. I, p. 98-101), tal como os dados então recolhidos sobre cada um dos capitulares aqui objecto de estudo (nas fichas prosopográficas nos vols. II e III da dissertação).



A sucinta observação do mesmo permite constatar que a maior parte destas inserções capitulares têm lugar ao longo dos reinados de D. Dinis e D. Afonso IV. É de considerar que esta conjuntura relaciona-se com o avançado anteriormente sobre a influência do poder régio no recrutamento capitular. Estas famílias, cujas inserções remetem para um arco cronológico definido, partilham ainda o facto da sua presença em Lisboa se encontrar atestada, de forma global, durante a centúria de Duzentos. Contudo, os seus percursos não são homogéneos, pelo que a sua caracterização pode revelar-se um factor significativo de diferenciação.

Por um lado, cremos ser de bom-tom distinguir as famílias que deviam a sua promoção (senão a própria presença em Lisboa) ao serviço régio, pela inclusão de um ou mais membros em importantes cargos burocráticos na administração central. De facto, o usufruto destes últimos exigia um acompanhamento da Corte régia e uma proximidade com as estruturas administrativas necessárias ao Desembargo régio que só seria compatível com uma deslocação para os grandes centros urbanos do reino, de que Lisboa constituía um dos maiores vértices <sup>130</sup>. Neste sentido, o fluxo de funcionários régios que parece caracterizar as permanências em Lisboa, de indivíduos como o porteiro-mor dionisino Lourenço Martins Escola <sup>131</sup>, encontra um notório paralelismo (e possivelmente mesmo alguma identificação) com a migração, para o Sul, de elementos da tradicional nobreza rural nortenha, conforme salientado por José Mattoso <sup>132</sup>. Nesta perspectiva, é no âmbito de famílias que obedecem *mutatis mutandis* a esta caracterização, como os Escolas, os «Nogueiras», os Carregueiros ou os Valentes, que a Monarquia vai recrutar uma parte dos seus efectivos, ora através da inclusão, na administração central, de fortes redes de consanguinidade entre oficiais *via* a intercessão de um parente bem situado e reconhecido na hierarquia, ora pelo enquadramento

---

<sup>130</sup> A itinerância da Corte régia no século XIV efectuava-se, como sabemos, sobretudo no espaço delimitado pelas cidades de Coimbra, Santarém, Lisboa e Évora. R. GOMES, *A Corte dos Reis...*, p. 245-255.

<sup>131</sup> A família Escola é, muito provavelmente, de origem nortenha. Ainda que os laços a Lisboa se tenham mantido desde a geração de Lourenço Martins Escola com a detenção de património, a perpetuação da memória familiar através da instituição de uma capela na Sé e pelas ligações com outras famílias da urbe como a de Estevão da Guarda (outro importante oficial oriundo do Norte!), é certo que o seu filho João Escola trocou Lisboa por Santarém, vila à qual surge referido na documentação a maior parte das vezes. M. FARELO, *O Cabido da Sé...*, I, p. 98 e IAN/TT, *S. Domingos de Santarém*, m. 2, n. 35 (documento de 1326, Maio 30, Santarém [Casas de João Escola]).

<sup>132</sup> José MATTOSO, «Os nobres nas cidades portuguesas da Idade Média» em IDEM, *Portugal Medieval – novas interpretações*, 2ª ed., Lisboa, IN-CM, 1992, p. 281-291.

de efectivos num oficialato régio local. Envolvidos em um processo de afirmação social pela via do serviço régio, estas famílias surgem nominalmente alheadas dos cargos propiciados pela administração municipal. Contudo, este facto não traduzirá provavelmente um real desinteresse pelos assuntos da municipalidade, na medida em que a ausência das magistraturas concelhias seria contrabalançada com a celebração de alianças estratégicas com as famílias que, nesses reinados dionisino e afonsino, se encontravam bem instaladas na administração municipal de Lisboa <sup>133</sup>.

Por outro lado, os dados coligidos no Anexo 3 indicam a inserção capitular de famílias como os Rebolos e os BocharDOS, que, no dealbar no século XIV, se encontram com uma presença olisiponense velha de várias décadas <sup>134</sup>. São estas famílias que no período em estudo dispõem de uma efectiva presença urbana. Alguns dos seus membros beneficiam de uma influência marcada nas estruturas administrativas e clericais da cidade, que o poder régio não se fará rogado em aproveitar. Constituem exemplos probantes os casos de Pedro Julião, futuro papa João XXII, para os Rebolos; de D. Estêvão Eanes, chanceler do rei e filho de um antigo alvazil de Lisboa, para os BocharDO, ou ainda de Pedro e João Rol <sup>135</sup>. Esta influência, materializada em solidariedades preeminentes, não deixaria de ocasionar

---

<sup>133</sup> Mário FARELO, «Ao Serviço da Coroa no Século XIV. O Percurso de uma família de Lisboa, os “Nogueiras”», *Actas do II Colóquio Nova Lisboa Medieval: os Rostos da Cidade, 9-11 Dezembro 2004*, Lisboa, FCSH/UNL-Câmara Municipal de Lisboa, 2005 (no prelo).

<sup>134</sup> Para estes casos precisos, refira-se que os Rebolos são dados pelos livros de linhagens como originários de um Martim Pais, filho de Paio Delgado, que teria participado na conquista da Cidade (LL6812). É igualmente possível que o futuro deão se identifique com o Gil Rebolo atestado como alvazil de Lisboa em Janeiro de 1251 (IAN/TT, *Mosteiro de Chelas*, m. 6, n. 116); quanto aos BocharDOS, não convém esquecer que João Peres, pai do referido Estêvão Eanes, foi alvazil de Lisboa antes de 1275 (*Livro dos bens de D. João de Portel. Cartulário do século XIII*, publicação de Pedro A. de AZEVEDO, precedido de uma notícia histórica por Anselmo Braacamp FREIRE, Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Portel, 2003, p. 117, doc. 204 [ed. fac-similada]) e que, pela mesma época, outros BocharDOS (com ou sem ligação ao mesmo) estão presentes em Lisboa: João Eanes BocharDO em 1240 (IAN/TT, *Mosteiro de de Chelas*, m. 5, n. 96); João Martins BocharDO em 1272 (IAN/TT, *Mosteiro de Alcobaça*, 1ª inc., Documentos particulares, m. 13, n. 17), entre outros.

<sup>135</sup> Pedro Rol foi o primeiro tabelião de Lisboa, enquanto o segundo ocupou a cátedra olisiponense entre 1239 e 1240. Sobre esta família, veja-se Bernardo de SÁ-NOGUEIRA, *Tabelionato e Instrumento Público em Portugal. Gênese e Implantação (1212-1279)*, dissertação de Doutoramento em Paleografia e Diplomática, Faculdade de Letras das Universidades de Lisboa, vol. II, p. 11.

certamente uma inserção capitular bastante mais importante, senão em termos quantitativos, pelo menos em termos qualitativos. Com efeito, segundo os dados apurados, os representantes dessas famílias foram os únicos que lograram obter uma dignidade capitular, indicador de solidariedades que, escassas décadas depois, seriam refreadas pela máquina administrativa pontifícia.

Sendo assim, podemos afirmar que a inserção capitular de membros de famílias associadas às elites dirigentes da cidade não parece efectuar-se forma isolada, mediante o aproveitamento exclusivo do prestígio socioeconómico reconhecido pela sociedade urbana. Numa conjuntura em que as mesmas não dispõem dos mecanismos que lhe propiciariam uma intercessão directa nos provimentos e instituições dos benefícios capitulares<sup>136</sup>, a eficácia das suas promoções depende, em larga medida, da acção dos seus parentes. Sobretudo dos parentes pertencentes ao mundo clerical, daqueles clérigos que conseguiram introduzir-se no serviço estrito do monarca, dotados de pingues benefícios e de carreiras que passam pelo acesso ao episcopado. Por conseguinte, é a própria parceria com o poder régio que se procura e que se deseja. O casal régio surge como o mais benevolente nessa matéria, intercedendo pelos seus oficiais e respectivas progenituras. Este clientelismo de elementos olisiponenses alicerça-se no reconhecimento do capital social e funcional da cidade e no reconhecimento, pelos monarcas, da acção prestada e do desejo de continuação do bom e leal serviço das suas gentes de Lisboa.

Em suma, nesta análise sobre os fundamentos do recrutamento dos seus membros, o Cabido da Sé de Lisboa apresenta-se como uma instituição à mercê de influências externas, que procurámos identificar e seguir nas suas flutuações temporais. Detectou-se a inserção capitular olisiponense como um elemento de promoção individual, como parte integrante de um processo de ascensão social colectivo no âmbito de um família ou de um grupo familiar mais alargado. Raramente, porém, a mesma inserção capitular foi vista na sua perspectiva política. Em que medida a inserção de curiais e dos seus agentes beneficiou ou não do acordo tácito da monarquia portuguesa? Em que medida não seria ela um reflexo dos avanços e retrocessos das políticas externas portuguesas e pontifícias? De facto, cremos

---

<sup>136</sup> Ainda que o município possa dirigir-se à Cúria com o propósito de solicitar o provimento do seu candidato no caso de benefícios tão importantes como o Deado. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, p. 8, n. 9.

que a compreensão do recrutamento dos cabidos catedralícios passa também pelo estabelecimento das dinâmicas de relacionamento político entre os poderes em acção no seu seio. Esse será, porventura, um pretexto para visitar o Cabido da Sé de Lisboa e os seus membros.

# ANEXO 1

## Dispensas apostólicas de obrigação de residência em benefícios para os clérigos dos reis e rainhas de Portugal (reinados de D. Dinis e D. Afonso IV)

BENEFICIÁRIO	DATA	Nº DE DISPENSAS	PERÍODO DE DISPENSA	FONTE <sup>137</sup>
D. Dinis	1308, Mai. 1	Para 8 clérigos do rei, mesmo se detentores de personatos ou dignidades	5 anos	RCV, n. 2730
	1312, Jul. 15	Para 10 clérigos do rei, com cura ou sem cura, mesmo se detentores de dignidades e personatos, exceptuando-se as distribuições quotidianas	5 anos	RCV, n. 8252
	1317, Jul. 8	Para 10 clérigos do rei, seus familiares <sup>138</sup>	5 anos	LCJXXII, n. 8252
	1322, Mar. 19	Para 10 clérigos do rei	5 anos	LCJXXII, n. 15223
D. Afonso IV	1325, Fev. 17	Para 10 clérigos do rei, seus familiares <sup>139</sup>	Sem indic.	LCJXXII, n. 21583
D. Isabel de Aragão	1308, Fev. 26	Para 4 clérigos domésticos e familiares da rainha, mesmo se forme detentores de personato e dignidades	5 anos	RCV, n. 2665
	1312, Jul. 15	Para 4 clérigos, mesmo se detentores de personatos e dignidades, com cura e sem cura, exceptuando as distribuições quotidianas	5 anos	RCV, n. 8148
	1318, Abr. 4	Para um número indeterminado de clérigos da rainha	5 anos	LCJXXII, n. 6830
	1323, Mai. 30	Para 8 clérigos da rainha, a partir do final do quinquénio outrora concedido à rainha	5 anos	LCJXXII, n. 17492
	1328, Fev. 13	Para 8 clérigos da rainha	5 anos	LCJXXII, n. 40444
	1334, Fev. 13	Para 8 clérigos a escolher pela rainha	5 anos	LCJXXII, n. 62694
D. Beatriz	1325, Fev. 16	Para 8 clérigos da rainha seus familiares (5 sem dignidades e sem cura e 3 para seus clérigos, mesmo detentores de dignidades e officios com cura)	Sem indic.	LCJXXII, n. 21575

<sup>137</sup> Segundo *Regestvm Clementis papae V...* [RCV] e *Lettres communes. Jean XXII...* [LCJXXII].

<sup>138</sup> Esta bula encontra-se igualmente trasladada em documento de 1318, Dez. 12, Coimbra. IAN/TT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2º inc., m. 43, n. 1734.

<sup>139</sup> Sobre a execução desta bula, veja-se IAN/TT, *Bulas*, m. 4, n. 6.

## ANEXO 2

## Influência dos familiares de Clemente VI no Cabido da Sé de Lisboa

SOBRINHOS DE CLEMENTE	BENEFICIADO	RELAÇÃO	BENEFÍCIO	REF. <sup>140</sup>
VI	Martinho la Chapelia	Ouvidor e comensal	Deado (1349-1352)	A.1A, n. 30
	Pedro de la Menta	Vigário, familiar e seu procurador em Castela e Portugal	Deado (suplicado em 1352)	A.1A, n. 42
	O próprio		Deado (1355-1374)	A.1A, n. 23
	Guilherme de Stagno	Seu intercessor em pedido de benefícios em 1347	Usufrufa de um canonicato em Lisboa antes de 1347	A.1B, n. 26
	Cardeal Guilherme de Suche	Benefícios resignados nas suas mãos	Arceidiagado de Santarém, canonicato e prebenda (1366)	A.1A, n. 25
D. Guilherme de La Julie	Pedro Martelo	Vigário-geral, capelão e familiar	Canonicato prebendado (1347-1355) Arceidiagado de Lisboa (1349-1355)	A.1A, n. 40
	Elias Roberti	Vigário-geral e familiar	Tesouraria (1348)	A.1A, n. 11
	Raimundo Tolsani	Vigário e familiar	Canonicato prebendado (1349-1357?) Tesouraria (1350-1357)	A.1A, n. 47
	Guido Iudicis	Consanguíneo e colector	Arceidiagado de Santarém (1348-1349)	A.1A, n. 21
	Oliverio Gaydelli	Sobrinho	Arceidiagado de Santarém (1349-1366)	A.1A, n. 34
	Olivério de Antissac	Consanguíneo	Peticiona canonicato prebendado de Lisboa que estava em vacatura nas mãos de D. Guilherme de la Garde	A.1B, n. 41
	Domingos Peres	Familiar comensal e procurador (1352)	Canonicato prebendado (1366, 1370-1379/80, 1384-1394) Arceidiagado de Lisboa (1368-1374) Deado de Lisboa (1374-1379/80, 1384-1394)	A.1A, n. 7
	Geraldo de Cornilio	Consanguíneo	Chantrado (1354-1355)	A.1A, n. 15
	Guilherme Piloti	Vigário-geral	Chantrado (1359/60-1368)	A.1A, n. 24
	Raimundo Tolsani	Vigário e familiar	Canonicato prebendado (1349-1357?) Tesouraria (1350-1357)	A.1A, n. 47
D. Estêvão Eanes de la Garde, bispo de Lisboa e depois de Saintes	João de Bos	Sobrinho	Canonicato (...1350-1358...)	A.1A, n. 65
	Geraldo de Antissac	Renuncia ao canonicato prebendado de Lisboa nas suas mãos	Canonicato prebendado (...antes de 1352)	A.1A, n. 40
	Estevão de Pradignac	Familiar	Canonicato prebendado (...1352/53)	A.1A, n. 27
	Gaufredo de Salagnac	Familiar e sócio	Canonicato (1353?-1363)	A.1A, n. 39
	Bernardo de Gardia	Suplica benefícios para familiares e oficiais de D. Guilherme	Canonicato prebendado (1357-1371...)	A.1A, n. 13
	Almérico de Gardia	D. Guilherme de la Garde é executor do provimento de benefícios em seu favor	Canonicato (c. 1371-1378/9) Tesouraria (1378?-1378/9)	A.1A, n. 8
	Guilherme de Cavagnac	Familiar	Mestre-escolado (1360-1361)	A.1A, n. 22
	Pedro Benmondi	Renunciou aos seus benefícios no Cabido nas mãos do cardeal	Mestre-escolado (1361-1363)	A.1A, n. 36

<sup>140</sup> As referências correspondem aos anexos 1A e 1B de M. FARELO, *O Cabido da Sé...*, II e III.

## ANEXO 3

## Inserções capitulares de membros de várias famílias olisiponenses

NOME	INSERÇÃO CAPITULAR <sup>141</sup>	LIGAÇÕES À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	LIGAÇÕES AO PODER/OFICIALATO RÉGIO	EXISTÊNCIA DE FAMILIARES CLÉRIGO
Gil Martins Rebolo <sup>142</sup>	Deão (1277-1289)	Vasco Martins, cavaleiro e alvazil de Lisboa (irmão)	Mantém relação epistolar com D. Afonso III	Pedro Julião, deão e mestre-escola de Lisboa (Papa João XXI) (primo?) Fernando Peres, chantre de Lisboa (primo) Julião, deão de Coimbra (primo) Mestre Gil, tesoureiro e cónego de Coimbra (primo) João Martins, chantre de Évora (irmão?)
Estêvão Eanes Bocharo <sup>143</sup>	Arcediago de Santarém (1281-1298)	João Peres, alvazil de Lisboa (pai)	Clérigo do rei (1293-1295) Chanceler do rei (1296-1313)	<i>Martim Martins Dade, tesoureiro e cónego de Lisboa</i> <sup>144</sup>
Lourenço Eanes Escola <sup>145</sup>	Cónego (1332-1348)		Lourenço Martins Escola, porteiro-mor de D. Dinis e alcaide de Lisboa (avô)	D. João Martins de Soalhães, bispo de Lisboa e depois arcebispo de Braga (provavelmente seu avô materno)

<sup>141</sup> Cronologia com os termos reais de detenção dos benefícios capitulares. Quando esse conhecimento não é possível, as datas extremas de usufruto são representadas graficamente a itálico.

<sup>142</sup> M. FARELO, *O Cabido da Sé...*, I, p. 99; II, p. 58-60, Anexo 1A, n. 18. Já depois de concluído o anterior trabalho, foi possível estender a cronologia do seu Deado até 1289. Agradecemos ao Dr. Luís Rêpas a comunicação dessa informação. (Luís Miguel RÊPAS, «A fundação do mosteiro de Almoester: novos documentos para uma velha questão», a publicar nos *Estudos de Homenagem ao Prof. Dr. José Amadeu Coelho Dias (Fr. Geraldo)* pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto).

<sup>143</sup> M. FARELO, *O Cabido da Sé...*, II, p. 43-46, Anexo 1A, n. 12.

<sup>144</sup> Embora o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* refira que Estêvão Eanes fosse filho de João Peres e de Maria Dade, sendo portanto, sobrinho do tesoureiro e cónego de Lisboa Martim Dade, a documentação prova que a sua mãe seria uma D. Mor, enterrada antes de 1318 com alguns dos seus filhos e filhas na igreja de Sta. Maria Madalena de Lisboa. IAN/TT, *Colegiada de Sta. Maria da Madalena de Lisboa*, m. 1, n. 15, fl. 4.

<sup>145</sup> Bula de 1332, Out. 26, Avinhão, em *Lettres communes. Jean XXII...*, n. 58601 e M. FARELO, *O Cabido da Sé...*, I, p. 98; II, p. 280-281, Anexo 1B, n. 84. Este indivíduo dever-se-á identificar muito provavelmente com Lourenço Eanes, cónego de Lisboa que em

NOME	INSERÇÃO CAPITULAR	LIGAÇÕES À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	LIGAÇÕES AO PODER/OFICIALATO RÉGIO	EXISTÊNCIA DE FAMILIARES CLÉRIGO
Martim Eanes de Barbudo <sup>147</sup>	Cónego (1294-1302)		D. João Peres de Aboim, mordomo-mor de D. Afonso III (tio)	
Lourenço Martins de Barbudo <sup>148</sup>	Obtém provimento apostólico de uma meia- -prebenda em 1321 <sup>149</sup>		D. Isabel, rainha de Portugal intercede para benefícios em seu favor Procurador na Cúria Apost. e capelão de D.	Capelão do cardeal D. Gil de Albornoz Martim Eanes de Barbudo, cónego de Lisboa (tio-avô)

1320, Dez. 29, obtém permissão do rei D. Dinis para comprar as casas de Egas Lourenço para sua morada (IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 133v) e que, oito anos depois, designado de clérigo de Isabel, rainha de Portugal, cónego prebendado de Braga, Coimbra, Guarda e Lisboa e ainda reitor da igreja de *Caphanes* da diocese de Braga, obtém do papa João XXII uma graça expectativa de dignidade com cura ou sem cura de almas na Igreja de Lisboa (*Lettres communes. Jean XXII...*, n. 43603). A extensão destes benefícios poderá explicar que, após a sua morte, os mesmos tenham sido reservados pelo papa, como indica a súplica de Estevão Eanes datada de 1348, Nov. 20, Avinhão (*Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, p. 150, n. 285).

<sup>146</sup> Esta relação é hipotética, baseando-se no facto de que, na carta de instituição do morgado em favor do seu filho Vasco Eanes, D. João Martins de Soalhães determina que, se este não tiver descendência, a administração do mesmo passa para o varão primogénito de Constança Eanes, casada com João Escola. Como as linhas sucessórias referidas posteriormente reportam-se aos netos do prelado (veja-se *supra*), a colocação da descendência de Constança Eanes em segundo lugar na linha de sucessão permite a suposição da filiação dessa última no referido prelado. Nessa perspectiva, o cónego Lourenço Eanes Escola, filho de João Escola (*Cabido da Sé. Sumários...*, p. 27), seria neto de D. João de Soalhães.

<sup>147</sup> M. FARELO, *O Cabido da Sé...*, II, p. 287-289, Anexo 1B, n. 89.

<sup>148</sup> IDEM, II, p. 472, Anexo 1E, n. 33.

<sup>149</sup> Por bula de 1321, Out. 14, Avinhão (*Lettres communes. Jean XXII...*, n. 14557), em cujo meio-canonizado qual não tinha ainda sido instituído em 1331, como se comprova de nova bula datada de Set. 21, Avinhão (*Lettres communes. Jean XXII...*, n. 55027).

<sup>150</sup> A partir de LD9AX6, LL26F5 e 41C7, em que se indica que o cónego olisiponense Martim Eanes de Barbudo foi irmão de Rodrigo Eanes de Leiria. Este último surge designado como pai de Martim Rodrigues que casou com uma *Dona de Lisboa*. Deste casal nasceu, segundo esta fonte, Álvaro Rodrigues de Barbudo, que contraiu matrimónio com Inês Rodrigues, filha de Rui Pais de Paiva e de Sancha Peres (esta última filha de D. Pedro Escacho, Mestre da Ordem de Santiago). Este Álvaro Rodrigues é referido como cavaleiro e guarda do Infante D. Pedro em documento de 1338, Nov. 4, Lisboa, no qual testemunha seu irmão Lourenço Martins (IAN/TT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, 1ª inc., m. 9, n. 11). O Lourenço Martins em questão é sem dúvida o futuro bispo da Guarda, de Coimbra e de Lisboa. De facto, o Lourenço de Barbudo, capelão do rei, doutor *utroque iuris*, ouvidor das Causas do Palácio Apostólico que solicita uma dispensa de ilegitimidade para o seu dilecto servidor Vasco Gonçalves em 1345, Dez. 2, é o mesmo que, em 1347,

NOME	INSERÇÃO CAPITULAR	LIGAÇÕES À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	LIGAÇÕES AO PODER/OFICIALATO RÉGIO	EXISTÊNCIA DE FAMILIARES CLÉRIGO
Vicente Afonso Valente <sup>151</sup>	Cónego (1325-1343 <sup>152</sup> )		Clérigo do rei D. Afonso IV e da rainha- -mãe D. Isabel Abril Peres, vassalo da rainha D. Beatriz, mulher de D. Afonso III (avô) Lourenço Afonso Valente, almoxarife do rei em Lisboa (irmão)	Estêvão Eanes Bochardo, arcediogo de Santarém e bispo de Coimbra (tio) <sup>153</sup>

Dez. 24, recebe uma apelação, designando-se então de nobre, professor *utroque*, chantre de Coimbra e ouvidor do Sacro Palácio Apostólico. Este último documento é posterior à emissão, em nome de Clemente VI, da bula datada de 1347, Out. 15, em que nomeia para a Sé da Guarda D. Lourenço, chantre da Sé de Coimbra e presbítero, a qual encontrava-se em vacatura pela transferência de Afonso Dinis para a catedral da Guarda (ver respectivamente *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, p. 77, n. 131; Anísio Miguel de Sousa SARAIVA, «*Clientuli et procuratores*» na Avinhão de Clemente VI, segundo as notas de um notário português», doc. 11, a publicar em *Estudos em homenagem ao Prof. José Marques*, vol. I, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005 [agradecemos ao autor a comunicação que benemeritamente nos fez do seu estudo] e António Domingues de Sousa COSTA, «Mestre Afonso Dinis, médico e secretário de D. Afonso IV, Professor na Universidade de Paris», *Itinerarium*, vol. III, 16-17 (Julho-Agosto 1957), p. 591-3). Mediante esta identificação, deve-se corrigir o patronímico *Rodrigues* dado por D. Rodrigo da Cunha e perpetuado pelos episcopólogos posteriores em *Martins*. Este último aparece referido com o patronímico correcto em um dos testamentos de D. Beatriz, mulher de D. Afonso IV, rainha de quem o próprio D. Lourenço Martins de Barbudo foi chanceler e um dos testamenteiros (A. SOUSA; *Provas da Casa...*, I, p. 352). Refira-se que o Dr. Anísio Saraiva tem em preparação um estudo sobre esta figura, aproveitando documentação inédita conservada no Arquivo Segredo Vaticano, nomeadamente no fundo das *Collectoriae*.

<sup>151</sup> M. FARELO, *O Cabido da Sé...*, I, p. 98-99; II, p. 366-367, Anexo 1B, n. 131 e referências anteriores.

<sup>152</sup> Obtém a provisão apostólica do mesmo sob expectativa de prebenda por bula de 1322, Ago. 24, Avinhão (*Lettres communes. Jean XXII...*, n. 16036). Para o limite de 1343, veja-se IAN/TT, *Arquivo da Casa de Abrantes*, liv. 11R, doc. 2792, assento moderno.

<sup>153</sup> No seu testamento redigido em 1318, D. Estêvão Eanes Bochardo deixa como um dos testamenteiros o seu sobrinho Vicente Afonso, arcediogo de Seia (IAN/TT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª inc., m. 47, n. 1876). O referido Vicente Afonso demite-se deste Arcediagado em 1325-1326 para receber uma dignidade no Cabido de Lisboa, como consta de uma primeira reserva desse benefício, datada de 1325, Fev. 23, Avinhão (*Lettres communes. Jean XXII...*, n. 21636) e de uma segunda reserva do mesmo, que não teria também resultados práticos, em 1329, Fev. 4, Avinhão (*Lettres communes. Jean XXII...*, n. 44214). Neste último documento prova-se que o mesmo Vicente Afonso obteve, a rogo da rainha D. Isabel, a igreja paroquial de S. Pedro de Coja, por colação ordinária efectuada pelo bispo de Coimbra, D. Raimundo, sendo este último benefício aquele que, juntamente com o canonicato de Lisboa,



NOME	INSERÇÃO CAPITULAR	LIGAÇÕES À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	LIGAÇÕES AO PODER/OFICIALATO RÉGIO	EXISTÊNCIA DE FAMILIARES CLÉRIGO
Martim Eanes Palhavã <sup>154</sup>	Cónego (1322-1345) <sup>155</sup>	Pedro Eanes Palhavã, alvazil e vereador de Lisboa (irmão) João Eanes Palhavã, alvazil de Lisboa (irmão)		
João Eanes [Vinagre] <sup>156</sup>	Raçoieiro (1319-1326)	Pedro Eanes Palhavã, alvazil e vereador de Lisboa (primo) João Eanes Palhavã, alvazil de Lisboa (primo)	Clérigo do rei	Martim Eanes Palhavã, cónego de Lisboa (filho de uma sua prima) Francisco Peres, reitor de Sta. Maria Madalena e depois cónego de Coimbra (tio)
Filipe Lourenço [Nogueira] <sup>157</sup>	Raçoieiro (1312) Cónego (1318)		Mestre Pedro, médico do rei (tio) Lourenço Peres, uchão do infante D. Afonso e antigo almoxarife do rei em Lisboa (pai) Lourenço Peres, oficial régio (irmão) Mestre João das Leis, vassalo e conselheiro de D. Afonso IV (irmão)	Miguel Vivas, eleito do Porto e de Viseu (ligação biológica com Lourenço Peres) <sup>158</sup>
Afonso Dinis [Carregueiro] <sup>159</sup>	Cónego prebendado (1342-1346)		Mesmos que os anteriores Clérigo, médico e secretário de D. Afonso IV. Médico dos reis de Castela	Miguel Vivas, eleito do Porto e de Viseu (ligação biológica com Lourenço Peres) <sup>160</sup>

é referido pelo mesmo na carta de instituição do Morgado da Póvoa de Sta Iria na Azóia em 1336 (D. Luiz Gonzaga de Lencastre e TÁVORA (Marquês de Abrantes e Fontes), «A Heráldica da Casa de Abrantes. III. Valentes e Castelo-Brancos», *Armas & Troféus*, 2ª Série, tomo X (1969), p. 122-123).

<sup>154</sup> M. FARELO, *O Cabido da Sé...*, I, p. 99-100; II, p. 292-295, Anexo 1B, n. 92.

<sup>155</sup> Em súplica datada de 1349, Abr. 23, Avinhão, Estêvão Eanes, cónego de Lisboa, obtém a confirmação apostólica de uma prebenda de Lisboa, em vacatura por óbito de Martinho Eanes Palhavã (*Pallantia*). *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, p. 158-159, n. 299.

<sup>156</sup> M. FARELO, *O Cabido da Sé...*, I, p. 99 ; II, p. 400-404, Anexo 1C, n. 26.

<sup>157</sup> *Ibidem*, I, p. 100-101; II, p. 202-203, Anexo 1B, n. 35 e *ibidem*, «Ao Serviço da Coroa...» (no prelo).

<sup>158</sup> IDEM, «Ao Serviço da Coroa...» (no prelo).

<sup>159</sup> A. COSTA, «Mestre Afonso Dinis...», vol. III, 15 (Mai.-Jun. 1957), p. 370-417 e 16-17 (Jul.-Ago. 1957), p. 510-607 e M. FARELO, *O Cabido da Sé...*, I, p. 100-101; II, p. 149-153, Anexo 1B, n. 3.

<sup>160</sup> IDEM, «Ao Serviço da Coroa...» (no prelo).

NOME	INSERÇÃO CAPITULAR	LIGAÇÕES À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	LIGAÇÕES AO PODER/OFICIALATO RÉGIO	EXISTÊNCIA DE FAMILIARES CLÉRIGO
Bernardo Afonso [Carregueiro] <sup>161</sup>	Raçoieiro (1345-1350) Cónego? (1350)	Vasco Afonso Carregueiro, alvazil de Lisboa (irmão)	Afonso Eanes Carregueiro, dezemeiro do rei em Lisboa (pai) Clérigo de D. Isabel, rainha de Portugal	João Afonso [Carregueiro], prior de Sta. Maria de Guimarães e depois bispo da Guarda (irmão) Afonso Dinis, bispo da Guarda e de Évora (irmão do seu cunhado Mestre João das Leis)
João Lourenço Chamiceiro <sup>162</sup>	Cónego ([1329-1334]- 1343, 1349- 1351)		D. Maria, rainha de Castela, intercede para benefício em seu favor	Vigário-geral de D. Teobaldo de Castillon, bispo de Lisboa <sup>163</sup>

<sup>161</sup> M. FARELO, *O Cabido da Sé...*, II, p. 383-384, Anexo 1C, n. 9. Obtém graça expectativa de uma quartanária em Lisboa, por bula de 1331, Mar. 13, Avinhão. *Lettres communes. Jean XXII...*, n. 53074.

<sup>162</sup> *Ibidem*, II, p. 265-269, Anexo 1B, n. 76.

<sup>163</sup> Por procuração passada no ano de 1348, aquando da estada do referido João Lourenço em Avinhão. *Livro Verde da Universidade de Coimbra (Cartulário do século XV)*, ed. António Gomes da Rocha MADAHIL, Coimbra, Arquivo e Museu da Universidade de Coimbra, 1940, p. 118-119.